



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO – ETAPA IV PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa para **Prestação do serviço de RENOVAÇÃO DE 01 (UMA) SUBSCRIÇÃO ANUAL DO ZEND UNLIMITED ENTERPRISE** para atender as necessidades do Ministério da Educação – MEC, conforme especificações técnicas e condições de execução discriminadas no presente Projeto Básico e Encartes.

2. COMPOSIÇÃO DO PROJETO BÁSICO

2.1. Integram o Projeto Básico os seguintes anexos/encartes:

- 2.1.1 ~~ENCARTE I: Modelo de Proposta de Preços;~~
- 2.1.2 ENCARTE II: Ordem de Serviço;
- 2.1.3 ENCARTE III: Termo de Recebimento Provisório;
- 2.1.4 ENCARTE IV: Termo de Recebimento Definitivo;
- 2.1.5 ENCARTE V: Declaração de Ciência e Manutenção de Sigilo;
- 2.1.6 ENCARTE VI: Termo de Sigilo e Ciência;
- 2.1.7 ENCARTE VII: Dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental e do Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental;
- 2.1.8 ENCARTE VIII: Portaria nº 120, de 02 de março de 2016;
- 2.1.9 ENCARTE IX: Declaração de Parentesco;
- 2.1.10 ENCARTE X: Estudo Técnico Preliminar da Contratação
- 2.1.11 ENCARTE XI: Anexos do ETPC.

3. DECLARAÇÃO DO OBJETO

3.1. A contratação é caracterizada como: SERVIÇO, conforme inciso II do art. 6º da Lei nº 8.666/93.

~~3.2. O serviço a ser contratado classifica-se como comum pelo fato de que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, conforme parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;~~

~~Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.~~



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

~~Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.~~

Comentado [ECSG1]: Retirar, tendo em vista que não será realizado Pregão

3.3. Para fins de aplicação do art. 57 da Lei n.º 8.666/93, observa-se que a duração do contrato poderá estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contratato, haja vista se tratar da exceção prevista no inciso IV do artigo retromencionado.

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

[...]

IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.

[...]

3.4. Para atendimento às necessidades do Ministério da Educação – MEC, a contratação deverá contemplar os seguintes serviços e quantitativos:

ITEM	SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Serviço de Renovação da Subscrição do <i>Zend Unlimited Enterprise</i> – disponível sob assinatura anual ilimitada no SLA <i>Enterprise</i> , Tier EM (2001-5000)	Subscrição Anual	1

4. JUSTIFICATIVA

4.1. O Ministério da Educação – MEC ingressou como órgão participante do pregão eletrônico nº 55/2012 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, parte integrante do processo nº 23000.018281/2012- 02 que tem como objeto o Registro de Preços para eventual contratação de serviços de suporte técnico à plataforma de produtos *Zend PHP* em operação nos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério da Educação, incluindo subscrição de licenciamento e de suporte técnico de softwares, capacitação nas tecnologias dos produtos e prestação de serviços de atendimento on-site, de acordo com as condições constantes no Projeto Básico e seus respectivos Encartes.

4.2. Em 2012, ocorreu a assinatura do contrato nº 65/2012, onde foi formalizada a contratação do Serviço de Subscrição *Zend Unlimited Platinum* – disponível sob assinatura anual ilimitada no SLA *Platinum*, Tier EM (2001-5000) e 300 (trezentas) Horas de Consultoria.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 4.3. O prazo de vigência do contrato nº 65/2012 é de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, prorrogável em conformidade com o disposto no Art. 57, da Lei nº 8.666/1993 e ao item IX do Projeto Básico, o contrato em menção encontra-se em sua prorrogação excepcional, com término de vigência em 21/12/2018 ou até que novo processo licitatório seja concluído.
- 4.4. Visando manter a prestação dos serviços e operações existentes nos ambientes de desenvolvimento, homologação e produção do Ministério da Educação – MEC, faz-se necessária a renovação da subscrição da solução *Zend Server*, os principais programas de governo exigem uma infraestrutura bastante consistente para o funcionamento dos mesmos, como servidores, softwares, links de comunicação, armazenamento de arquivos, páginas e bancos de dados.
- 4.5. Todos os sistemas do MEC desenvolvidos na tecnologia PHP utilizam componentes da arquitetura *Zend Server* e se utilizam das funcionalidades oferecidas por esta solução para operação de infraestrutura, tais como: integração com Jenkins, publicação em cluster, monitoramento, melhoria de performance, gerenciamento centralizado de servidores, dentre outros.
- 4.6. Devido a isso, e dada a inviabilidade para migração dos sistemas, processos e procedimentos técnicos a curto/médio prazo, a continuidade dos serviços na Plataforma *Zend Servers* são de extrema importância para a sustentação e evolução dos sistemas institucionais.
- 4.7. Tal solução é responsável por garantir o atendimento do seguinte requisito:
- 4.7.1. Serviço de renovação da subscrição (assinatura anual) para dar continuidade ao uso dos componentes da arquitetura *Zend Server* acoplados aos sistemas desenvolvidos na tecnologia PHP, bem como para manutenção das tecnologias existentes e maduras no ambiente computacional do órgão.
- 4.8. A descontinuidade na prestação dos serviços acima citados poderá ocasionar um retrocesso no ambiente tecnológico do órgão, principalmente nos processos e procedimentos de trabalho de infraestrutura e desenvolvimento PHP, pois vários dos recursos utilizados auxiliam na gestão de pacotes de configuração de ambientes, na gestão dos ambientes em si, na gestão dos recursos de cache, e em diferentes tipos de controle de sessão. Dentre estes recursos, em sua maioria, não há solução gratuita ou de baixo custo que supra as necessidades em sua completude.
- 4.9. Atualmente, os sistemas críticos mantidos pelo Ministério da Educação – MEC, tais como: PROUNI, SISTEC, FIES, SISU, ISF e SIMEC são desenvolvidos em linguagem de programação PHP, e utilizam servidores de aplicação PHP, que no caso deste órgão é o *Zend Server* que inclui as funcionalidades necessárias para desenvolver, prover e gerenciar aplicações, dentre elas:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 4.9.1. Gerenciamento de múltiplos servidores PHP;
 - 4.9.2. Ambiente de desenvolvimento (IDE) para desenvolvedores profissionais;
 - 4.9.3. Suporte Técnico Remoto 24x7x365, atualizações do PHP stack, e hot fixes de segurança;
 - 4.9.4. Disponibilização de recursos de automação de ciclo de vida das aplicações, desde o código até a produção;
 - 4.9.5. Plataforma de back-end para dimensionamento, desempenho e gerenciamento de aplicações;
 - 4.9.6. Otimização da performance das aplicações de PHP;
 - 4.9.7. Monitoramento da aplicação em tempo real;
 - 4.9.8. Diagnóstico de problemas;
 - 4.9.9. Melhoria da produtividade e do desempenho das aplicações;
 - 4.9.10. Integração com todos os Frameworks PHP.
- 4.10. É importante destacar que por meio dos recursos de monitoramento, a solução Zend Server gera alertas e captura toda a pilha de execução possibilitando atuar de forma preventiva em problemas de desempenho das aplicações, indicando exatamente o que foi executado pelo usuário. Esse processo é muito importante durante a execução dos programas críticos, tendo em vista que a concorrência de acessos às aplicações é bastante volumosa e por meio de gráficos de consumo de recursos e de pontos de gargalo é possível saber de forma rápida o que está impactando a resposta às requisições. Arelado a isso, a possibilidade de análise do código-fonte relacionado com as requisições problemáticas possibilita uma análise rápida e direta.
- 4.11. Ademais, enfatiza-se que a solução traz um ganho de performance às aplicações críticas do MEC, pois através do Page Cache (outra funcionalidade precípua da solução) é possível definir de forma simples as páginas que devem ser cacheadas para melhoria de desempenho sem modificar a aplicação. Ainda, visando à garantia de melhoria da performance, é possível gerenciar as sessões, mantendo-as de forma distribuída e em alta disponibilidade.
- 4.12. Também pode-se destacar como risco na descontinuidade dos serviços acima citados a necessidade de refatoração dos sistemas de informação já existentes para que se retire os recursos do *Zend Server* utilizados, tais como: *Job Queue* e *Data Cache*, além da refatoração dos ambientes de integração contínua (desenvolvimento, homologação, teste e produção).
- 4.13. Durante o ano de 2017, prevendo o final da vigência do contrato nº 65/2012, a Coordenação-Geral de Desenvolvimento realizou uma análise técnica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

dos impactos do término do licenciamento com a solução Zend Server. O resultado do trabalho (Anexo I – Relatório Técnico) apresentou, em vias gerais, os impactos com a perda de licença do Zend Server e serviu de insumo para o início de um estudo técnico que teve como objetivo a construção de uma solução personalizada para que servisse como alternativa ao Zend Server, bem como o planejamento de migração da solução.

- 4.14. Conforme detalhado durante o levantamento das alternativas disponíveis do mercado, especificamente no **CENÁRIO 01 - MIGRAÇÃO DA SOLUÇÃO ZEND UNLIMITED PARA UMA SOLUÇÃO PERSONALIZADA COMPOSTA DE FERRAMENTAS, PROCEDIMENTOS E BOAS PRÁTICAS DISPONÍVEIS NO MERCADO E NA COMUNIDADE DE SOFTWARE LIVRE**, em 17/01/2018 foi solicitada a realização do estudo técnico que buscasse a independência da Solução Zend Server conforme registrado no Termo de Abertura do Projeto (ANEXO II - Projeto: MZS - Migração Zend Server), projeto (<http://projetos.mec.gov.br/MZS%20%E2%80%93%20Migra%C3%A7%C3%A3o%20Zend%20Server>). Durante a análise de contexto, foi possível observar a possibilidade de migração da solução Zend Server implantada no Ministério da Educação, porém, devido à complexidade da solução em questão, à quantidade de servidores em uso e sistemas implantados, totalizando 528 (quinhentos e vinte e oito), falta de corpo técnico capacitado e tempo hábil, dada a proximidade do final da vigência do contrato nº. 65/2012, e considerando ainda, os altos riscos relacionados com a iminente perda de licença e suporte na solução Zend Server, conclui-se que a migração para uma nova solução em substituição às funcionalidades providas atualmente pelo Zend Server não seria concluída em tempo hábil.
- 4.15. Diante do exposto, nota-se a importância da manutenção da solução em menção, principalmente durante a ocorrência dos processos seletivos dos programas SISU, PROUNI e FIES, que exigem das aplicações uma resposta em tempo real e monitoramento 24x7, faz-se necessária uma nova contratação para prestação dos serviços em menção baseado no **CENÁRIO 02 - SOLUÇÃO COMPOSTA DE RENOVAÇÃO DE 01 (UMA) SUBSCRIÇÃO ANUAL DO ZEND UNLIMITED ENTERPRISE**.
- 4.16. É importante mencionar que, quando concluído, o projeto de estudo técnico para migração da solução Zend, conforme especificado no cenário 01, possibilitará uma nova análise, considerando a alternativa escolhida e o seu diagnóstico, podendo resultar em novos processos de contratação.

5. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

5.1. A contratação em epígrafe está alinhada estrategicamente com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações - PDTIC 2017/2020, conforme exposto na tabela abaixo:

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações
PDTIC 2017-2020

Custeio Renovação

ID	Necessidade	Demandante DTI	Objetivo Estratégico de TIC Relacionado	Prioridade
79	Contratação de serviço de suporte técnico à plataforma de produtos ZEND PHP em operação no MEC (<i>Zend Unlimited Platinum</i> - assinatura anual).	CGD	7,8,9,10	7.3

PDTIC Anexo C - Proposta Orçamentária de TIC
2017-2020

Renovações/Custeio

Ação Contratação de serviço de suporte técnico à plataforma de produtos ZEND PHP em operação no MEC				
PDTIC (<i>Zend Unlimited Platinum</i> - assinatura anual)				
ID	Data de Vigência	TOTAL		Prioridade
79	21/12/2017	R\$ 4.674.400,00		7.3

6. BENEFÍCIOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Pretende-se, com tal contratação, atingir no mínimo os seguintes benefícios:

- 6.1.1. Infraestrutura de alta disponibilidade para atender às demandas dos sistemas desenvolvidos na tecnologia PHP no ambiente computacional do MEC;
- 6.1.2. Padronização dos sistemas desenvolvidos na tecnologia PHP para serem executados sob a plataforma Linux e servidor de aplicação *Zend Server*;
- 6.1.3. Aderência de sistemas críticos do governo em plataformas alinhadas ao software livre (PHP);
- 6.1.4. Atendimento remoto especializado 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana);



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 6.1.5. Padronização dos sistemas desenvolvidos na tecnologia PHP e servidor de aplicação Zend Server para adoção de processos automatizados visando o maior controle sobre os ambientes de desenvolvimento, homologação e produção;
- 6.1.6. Possibilidade para modificação de parâmetros do ambiente em tempo real, visando à melhoria da performance, podendo, inclusive, avaliar e comparar cenários graficamente;
- 6.1.7. Padronização de todo o ambiente de desenvolvimento em linguagem PHP, facilitando, inclusive, o processo de documentação de sistemas. Como consequência, apresentando melhorias na qualidade dos códigos gerados;
- 6.1.8. Facilidade no processo de atualização da plataforma PHP, como, por exemplo, a aplicação de patches de correção e mudança de versões em todos os servidores de forma automatizada.
- 6.1.9. Capacitação das Equipes Técnicas do MEC nas tecnologias dos produtos Zend PHP de forma a facilitar a integração de sistemas e profissionais;
- 6.1.10. Melhoria da produtividade das equipes de desenvolvimento, tendo em vista a padronização e controle do ambiente de desenvolvimento em comparação com outros ambientes;
- 6.1.11. Monitoramento das aplicações PHP, atuando de forma proativa na resolução dos problemas, devido às facilidades que a ferramenta proporciona no diagnóstico, permitindo inclusive a simulação de erros nos ambientes sob investigação, diminuindo sensivelmente o tempo de resolução de problemas;
- 6.1.12. Suporte na plataforma Zend PHP com manutenções preventivas e centralizadas, tendo em vista a sua ampla utilização por este órgão.

7. OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. Visando atender as necessidades do Ministério da Educação – MEC, pretende-se contratar uma solução que disponibilize as funções de monitoramento de aplicações, diagnóstico de problemas, melhoria de desempenho da aplicação, console do administrador, conectividade com banco de dados e conectividade com Java, disponibilizando recursos para os principais processos e procedimentos de trabalho de infraestrutura e desenvolvimento PHP, auxiliando a gestão de pacotes de configuração de ambientes, gestão de ambientes, gestão de recursos de cache, em diferentes tipos de controle de sessão.
- 7.2. Atualmente, os sistemas críticos mantidos pelo Ministério da Educação, tais como: PROUNI, SISTEC, FIES, SISU, ISF e SIMEC são desenvolvidos e utilizam servidores de aplicação PHP, para tanto, as soluções pretendidas deverão incluir as funcionalidades necessárias para prover e gerenciar aplicações nessa linguagem de programação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

7.3. A manutenção e maximização da performance desses sistemas são essenciais para o atendimento dos seguintes objetivos estratégicos: (I) Facilitar e universalizar o uso e o acesso aos Serviços Digitais e (II) Sustentar, apoiar, suportar programas e políticas do MEC através de serviços de TIC, dado o impacto que a baixa performance de sistemas pode trazer na busca pelo seu alcance. Assim exige-se uma infraestrutura consistente para funcionamento dos mesmos, tais como: servidores, softwares, links de comunicação, armazenamento de arquivos, páginas e bancos de dados.

7.4. Por meio dos recursos de monitoramento, a solução deverá gerar alertas e capturar a pilha de execução possibilitando atuar de forma preventiva em problemas de desempenho das aplicações, indicando exatamente o que foi executado pelo usuário. Este recurso é de vital importância durante a execução dos programas críticos, tendo em vista que a concorrência de acessos a essas aplicações é bastante volumosa. Além disso, deverá ser possível a disponibilização das informações através de gráficos de consumo dos recursos das máquinas e de pontos de gargalo, sendo possível identificar o que está deixando o servidor local lento.

7.5. Ademais, enfatiza-se que a solução deverá proporcionar um ganho de performance das aplicações críticas do MEC, através da existência de caches estáticos e dinâmicos, assim será possível definir de forma simples as páginas que devem ser cacheadas para melhoria de desempenho sem modificar a aplicação. Ainda, visando à garantia de melhoria da performance, deverá ser possível gerenciar as sessões, mantendo-as de forma distribuída e em alta disponibilidade.

7.6. Diante do exposto e levando-se em consideração a criticidade dos impactos que a ausência da solução poderá causar, dentre eles: necessidade de refatoração dos ambientes de integração contínua e baixa eficiência das aplicações, performance e/ou procedimento, nota-se a importância do serviço, principalmente durante a ocorrência dos programas SISU, PROUNI e FIES, que exigem das aplicações uma resposta em tempo real.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

8.1. Para atendimento às necessidades do Ministério da Educação – MEC, a contratação deverá contemplar os seguintes serviços e quantitativos:

ITEM	SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Serviço de Renovação da Subscrição do <i>Zend Unlimited Enterprise</i> – disponível sob assinatura anual ilimitada no <i>SLA Enterprise</i> , Tier EM (2001-5000)	Subscrição Anual	1

8.2. QUANTITATIVO ESTIMADO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

8.2.1. O dimensionamento de requisições do **Serviço de Renovação da Subscrição Anual do Zend Unlimited Enterprise** previstas para esta contratação foi baseado na quantidade de usuário identificados e ativos no Ministério da Educação, conforme especificado abaixo:

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Serviço de Renovação da Subscrição do <i>Zend Unlimited Enterprise</i> – disponível sob assinatura anual ilimitada no <i>SLA Enterprise</i> , Tier EM (2001-5000)	Subscrição Anual	1

8.2.2. Atualmente, existe 04 (quatro) níveis (ou TIERs) de subscrição do “*Zend Unlimited*” conforme abaixo:

8.2.2.1. SMB (1-1000) - de 1 a 1000 colaboradores internos do órgão (força de trabalho);

8.2.2.2. MM (1001-2000) - de 1001 a 2000 colaboradores internos do órgão (força de trabalho);

8.2.2.3. EM (2001-5000) - de 2001 a 5000 colaboradores internos do órgão (força de trabalho);

8.2.2.4. MM (5001-10000) - de 5001 a 10000 colaboradores internos do órgão (força de trabalho).

8.2.3. O Ministério da Educação possui em seu quadro, atualmente, a quantidade total de 2.756 (dois mil e setecentos e cinquenta e seis) colaboradores internos ativos conforme levantamento realizado pela Coordenação-Geral de Infraestrutura, incluindo servidores permanentes, funcionários terceirizados (contratados), CTUs, consultores, prestadores de serviços, estagiários, dentre outros. Portanto, faz-se necessária a contratação de subscrição do TIPO EM (2001-5000).

8.3. PLANO DE AQUISIÇÃO

8.3.1. ~~O serviço a ser contratado classifica-se como comum pelo fato de que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, conforme parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;~~

~~Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei;~~

~~Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.~~

Comentado [ECSG2]: Retirar, não trata-se de Pregão

8.3.2. O fornecimento dar-se-á na modalidade Subscrição Anual, conforme as condições previamente estabelecidas neste documento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

8.3.3. O quantitativo estimado para aquisição inicial, ocorrerá conforme a seguir:

ITEM	SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Serviço de Renovação da Subscrição do <i>Zend Unlimited Enterprise</i> – disponível sob assinatura anual ilimitada no <i>SLA Enterprise</i> , Tier EM (2001-5000)	Subscrição Anual	1

9. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se os pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

9.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

10. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 10.1. A contratação de pessoa jurídica para a execução do serviço, objeto deste Projeto Básico, se enquadra como serviço especializado, fornecido por empresa ou representante comercial exclusivo, tendo seu amparo legal na Lei nº. 8.666 de de 21 de junho de 1993, em especial o ~~Inciso I~~ **Caput (por tratar-se de serviço e não aquisição)** do Art. 25, que trata de inexigibilidade de procedimento licitatório:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2o Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis. (Grifo nosso)

- 10.2. A empresa Rogue Wave Software (<http://www.roguewave.com>) tornou-se detentora direta dos produtos Zend após a aquisição da Zend Technologies designando a empresa NetMX (<http://zend.netmx.mx/>) como única parceira/revendedora na América Latina possuindo um contato de distribuição dos produtos Zend, e como tal, designaram a empresa ETT Informática LTDA como representante no Brasil (<http://ettbrasil.com.br>) a celebrar contratos de licenças de uso do software Zend Server no Brasil para tanto, a exploração do bem industrial pode ser de forma direta ou indireta, que ocorre na hipótese do titular do registro ou da patente autorizar outro empresário a explorar o bem industrial.
- 10.3. A forma de comprovação da exclusividade foi estabelecida pela lei como sendo através de atestado que pode ser emitido por órgão de registro do comércio local, bem como sindicatos, federações, confederações e entidades equivalentes. A inviabilidade de competição poderá ser evidenciada, portanto, através de documentação emitida por instituição confiável e idônea como forma de controlar a existência de exclusividades de representantes, a exclusividade também pode ser comprovada através de contrato de exclusividade de distribuição, representação, licenciamento etc. e consulta ao INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial, que é a autarquia federal responsável pela averbação e registro dos contratos de transferência de tecnologia e da expedição de cartas-patente e registro de marcas.
- 10.4. Nesse sentido, A Associação das Empresas de Tecnologia da Informação do Distrito Federal – ASSESPRO-DF, certificou, em atendimento ao que reza o artº. 25, inciso I da Lei 8666 de 21/06/93, a empresa **ETT INFORMÁTICA LTDA**, com sede na QMSW 05, lote 7, Bloco C, Sala 202 - Sudoeste, Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº. 03.143.665/0001-42, ser fornecedora exclusiva no Brasil, para o fornecimento das licenças e subscrições dos seguintes produtos (softwares): Zend Guard, Zend Unlimited, Zend Studio e Zend Server.
- 10.5. Portanto, somente a empresa **ETT INFORMÁTICA LTDA** está autorizada a realizar a comercialização de produtos Zend no Brasil conforme descrito acima e atestado pela Associação das Empresas de Tecnologia da Informação do Distrito Federal – ASSESPRO-DF (Doc. SEI nº 1222666).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 10.6. Haja vista, a **ETT INFORMÁTICA LTDA** ser a única empresa autorizada a renovar as licenças objeto da contratação em comento, resta configurada a inviabilidade de competição, o que resultará no enquadramento da inexigibilidade descrita no Caput do artigo 25 da Lei nº 8.666/93.
- 10.7. Dessa forma, visando dar continuidade aos serviços vinculados aos produtos objeto deste Estudo Técnico e, procurando preservar investimentos e para garantir atendimento às novas demandas técnicas e funcionais e àquelas já existentes, consideramos adequadas e justificadas a contratação dos serviços de Renovação da Subscrição Anual do *Zend Unlimited Enterprise* em uso no ambiente do MEC.
- 10.8. Considerando a exclusividade da ETT INFORMÁTICA LTDA, detentora dos direitos de comercialização da solução Zend no Brasil, a contratação do serviço de Renovação da Subscrição Anual do Zend Unlimited Enterprise deve ser feita através de um **processo de Inexigibilidade**.

11. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1. Especificação Técnica do Serviço de Renovação da Subscrição do Zend Unlimited Enterprise – Disponível Sob Assinatura Anual Ilimitada no SLA ENTERPRISE, TIER EM (2001-5000)

- 11.1.1. Todos os produtos devem ser oferecidos com base em uma subscrição válida por 12 (doze) meses a contar da data de sua ativação.
- 11.1.2. A CONTRATADA deve ser autorizada pela empresa *RogueWave*, proprietária da solução *Zend*, para a prestação do serviço.
- 11.1.3. A subscrição deve contemplar, sem custos adicionais para CONTRATANTE:
- 11.1.3.1. Nível de serviços de suporte técnico para servidor de produção *Zend Unlimited Enterprise*, TIER EM (2001-5000);
- 11.1.3.2. Resolução de chamados técnicos remotos, envolvendo questões de instalação, uso, configuração, diagnóstico de problema, configuração, atualizações e defeitos do produto;
- 11.1.3.3. Manutenção e Hot Fixes:
- Releases e updates de produtos:
 - PHP;
 - Extensões PHP;
 - Driver de Software de Banco de Dados e bibliotecas de cliente;
 - Apache;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- MySQL;
- *Zend Framework*;
- Bundled applications (phpMyAdmin, etc.);
- Hot fixes de segurança do PHP: Fornecer hot fixes de segurança do PHP disponibilizadas pelo processo de manutenção do PHP;
- Hot fixes de bugs críticos do PHP: Fornecer hot fixes para outros erros críticos não relacionados à segurança que foram resolvidos pelo PHP.net mas ainda não disponibilizados;
- *Hot fixes de bugs* do PHP solicitados pelo cliente: a *Zend* deverá gerar uma correção para um *bug* específico do PHP que foi reportado ao time de *open source* do PHP;
- Período de suporte da versão do PHP: *Zend* deverá continuar a suportar e oferecer *hot fixes* para versões menores (ex. 5.2 ou 5.3) durante o período de tempo especificado após a versão menor for descontinuada pelo PHP.net;

11.1.3.4. Serviços de suporte:

- Fóruns;
- Base de Conhecimento;
- Suporte Web;
- Suporte Telefônico;
- Disponibilidade de Atendimento: 24 horas por dia, 7 dias por semana;
- Solução de problemas e diagnóstico remoto.

11.1.3.5. Tempo de resposta inicial:

- Tempo de resposta para chamados por telefone (Prioridade 1*): 2 (duas) horas;
 - Tempo de resposta para chamados por telefone (qualquer outra Prioridade): 24 (vinte e quatro) horas corridas;
 - Tempos de resposta para chamados via WEB (Prioridade 1*): 24 (vinte e quatro) horas corridas;
 - Tempo de resposta para chamados via WEB (qualquer outra Prioridade): 24 (vinte e quatro) horas corridas;
- * Prioridade 1 – São incidentes nos quais os produtos *Zend* são inutilizáveis, resultando em interrupção total dos processos comerciais críticos.**

11.1.3.6. Não faz parte do escopo de Suporte Técnico descrito acima:

- Desenvolvimento de código;
- Auditoria de código;
- Configuração do hardware ou do sistema operacional;
- Design e configuração de rede;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- Regras e políticas de segurança.

12. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

12.1. Requisitos de Negócio

12.1.1. A seguir são apresentados os requisitos de negócio estabelecidos:

NECESSIDADE DE NEGÓCIO DA ÁREA REQUISITANTE		
ID	FUNCIONALIDADES	ENVOLVIDOS
1	Dar continuidade à prestação do serviço de manutenção e gerenciamento de aplicações desenvolvidos em linguagem de programação PHP;	Executado pela CONTRATADA. Fiscalizado pela CGD, CGI e SAA. Apoiado pela DTI e CGTIC.
2	Serviços profissionais específicos para solucionar desafios críticos relacionados à problemas arquiteturais de soluções PHP através de uma equipe eficiente e colaborativa;	
3	Aumentar a produtividade no desenvolvimento;	
4	Identificar e diminuir erros em código-fonte;	
5	Melhorar a performance das aplicações;	
6	Tornar as aplicações facilmente escaláveis;	
7	Manutenção dos procedimentos de gestão dos ambientes de TIC.	

12.2. Requisitos Legais

- 12.2.1. Lei Federal nº 8.666/1993: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- 12.2.2. Lei nº 8.078/1990: Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;
- 12.2.3. Decreto nº 2.271/1997: Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- 12.2.4. Decreto nº 7.174/2010: Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;
- 12.2.5. Decreto nº 7.203/2010: Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal;
- 12.2.6. Decreto nº 7.746/2012: Regulamenta o art. 3º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;

- 12.2.7. Decreto nº 7.689/2012: Estabelece, no âmbito do Poder Executivo federal, limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens.
- 12.2.8. Instrução Normativa MP nº 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- 12.2.9. Instrução Normativa MP nº 04/2014: Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal;
- 12.2.10. Instrução Normativa MP nº 05/2014: Dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral;
- 12.2.11. Instrução Normativa MP nº 05/2017: Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- 12.2.12. Portaria nº 1054/2011: aprova a Política de Segurança da Informação e Comunicações – POSIC no âmbito do Ministério;
- 12.2.13. Portaria nº 1.404/2014: aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Ministério da Educação;
- 12.2.14. Portaria Ministerial nº 120, de 09 de março de 2016, publicada no DOU, em 10 de março de 2016 que institui o rito do processo administrativo de apuração de responsabilidades dos fornecedores no âmbito do Ministério;
- 12.2.15. Resolução Nº 03, de 27 de agosto de 2013 - Normas deliberadas pelo Comitê de Segurança da Informação e Comunicações do Ministério da EducaçãoLei Federal nº 8.666/1993: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- 12.2.16. Súmula Vinculante nº 13/STF;
- 12.2.17. Assim como demais legislações correlatas, aplicando-se subsidiariamente, no que couber.

12.3. Requisitos de Garantia e Manutenção



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 12.3.1. A CONTRATADA obriga-se a prestar suporte técnico remoto e atualização de versão oferecidos pela subscrição devendo ser prestados pelo período de 12 (doze) meses consecutivos, a contar da inscrição da licença no site do fabricante.
- 12.3.2. Entende-se por "suporte técnico remoto" o serviço de apoio especializado prestado pelo fabricante (RogueWave) do produto subscrito ao Ministério da Educação com os seguintes objetivos:
- 12.3.2.1. Esclarecer dúvidas sobre instalação, configuração, funcionamento, uso, atualização de versão e instalação de correções (patches) dos produtos cobertos pela subscrição ora contratada;
- 12.3.2.2. Identificar e resolver problemas de mal funcionamento desse produto;
- 12.3.2.3. Identificar e resolver defeitos do produto contratado.
- 12.3.3. A prestação de serviços de suporte técnico e atualização de versão, contratados mediante aquisição da subscrição, compreende o acesso do Ministério da Educação:
- 12.3.3.1. Aos pacotes de instalação dos produtos;
- 12.3.3.2. Aos pacotes de atualização de versão dos produtos para atender os propósitos de evolução, melhorias e correções de falhas;
- 12.3.3.3. Aos serviços de suporte técnico prestado pelo fabricante dos produtos;
- 12.3.3.4. Às informações prestadas pelo fabricante sobre instalação, configuração, uso e outras informações técnicas sobre os produtos.
- 12.3.4. Os serviços de suporte técnico remoto e atualização de versão oferecidos pela subscrição deverão ser disponibilizados pelo fabricante dos produtos no regime 24x7 (durante 24 horas, todos os dias da semana), sem limites na quantidade de acionamentos (acessos) realizados e sem custos adicionais para o Ministério da Educação.
- 12.3.5. Os serviços de suporte técnico remoto oferecidos para atender o item objeto dessa contratação deverão permitir aos técnicos autorizados do Ministério da Educação acesso direto, sem restrições, ao sistema do fabricante para abertura, acompanhamento e encerramento de chamados técnicos.
- 12.3.6. Os serviços de suporte técnico remoto serão realizados por iniciativa do Ministério da Educação, após abertura de chamado técnico ou por iniciativa da CONTRATADA, após concordância do Ministério da Educação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

12.3.7. Os serviços de suporte técnico remoto oferecidos pela subscrição serão prestados por meio da abertura, acompanhamento e encerramento de chamados técnicos.

12.3.8. Entende-se por atualização de versão a liberação pelo fabricante, para o Ministério da Educação, dos pacotes para instalação e para as atualizações subsequentes do produto para o qual a subscrição está sendo contratada, incluindo toda a documentação técnica pertinente.

12.3.8.1. Os pacotes para instalação e atualização de versão, citados acima, serão disponibilizados assim que validados pelo fabricante e sem ônus adicional ao Ministério da Educação.

12.3.9. A CONTRATADA deverá informar número de telefone local ou de chamada gratuita e acesso via Internet como formas de contato (canais) para atendimento dos serviços de suporte técnico remoto e atualização de versão, observando o seguinte:

12.3.9.1. As funções do atendimento pela Internet deverão ser disponibilizadas mediante o cadastro de usuários pré-definidos pela CONTRATANTE;

12.3.9.2. O atendimento pela Internet deverá possibilitar o acesso a um banco de conhecimentos de soluções de problemas técnicos;

12.3.9.3. O atendimento pela Internet deverá possibilitar a busca e o download de pacotes de instalação, correções de erros (patches) e atualização de versão dos produtos para os quais a subscrição está sendo contratada;

12.3.9.4. Todas as modalidades de atendimento remoto oferecidas pela subscrição deverão estar disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

12.3.10. Demais requisitos de garantia e manutenção constam estabelecidos no item 11. **ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO SERVIÇO DE RENOVAÇÃO DA SUBSCRIÇÃO DO ZEND UNLIMITED ENTERPRISE – DISPONÍVEL SOB ASSINATURA ANUAL ILIMITADA NO SLA ENTERPRISE, TIER EM (2001-5000).**

12.4. Requisitos de Garantia Contratual

12.4.1. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia de 3% (três por cento) sobre o valor total do contrato, em uma das modalidades previstas no §1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 12.4.2. O prazo de validade da Garantia deverá ser de noventa dias após o termo final do contrato.
- 12.4.3. No caso de apresentação de garantia na modalidade de “FIANÇA BANCÁRIA”, estipulada no inciso III do § 1º do Art. 56, da Lei nº 8.666/93, o MEC se reserva ao direito de aceitar somente FIANÇA emitida por instituição financeira credenciada junto ao Banco Central do Brasil - BACEN.
- 12.4.3.1. A “FIANÇA BANCÁRIA” deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 12.4.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 12.4.5. O MEC utilizará a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, para assegurar o pagamento de:
- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
 - b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à licitante vencedora;
 - d) obrigações de natureza trabalhista, previdenciária e para com o FGTS dos empregados da CONTRATADA envolvidos na execução dos serviços.
- 12.4.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos acima indicados, observada a legislação que rege a matéria.
- 12.4.7. A autorização contida no **item 12.4.5** é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.
- 12.4.8. A licitante vencedora se obriga a repor, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o valor da garantia que vier a ser utilizado pela contratante.
- 12.4.9. A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da licitante vencedora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 12.4.10. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 12.4.11. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).
- 12.4.12. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº8.666, de 1993.
- 12.4.13. O MEC executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;
- 12.4.14. A garantia será considerada extinta com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 12.4.15. A garantia de que trata este item somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação (se cabível à contratação), e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido no Anexo VII-F, item 3.1, alínea “j”, da IN/SLTI/MP nº 05 de 26 de maio de 2017, com suas alterações, observada a legislação que rege a matéria.
- 12.4.16. O regramento exigido na contratação inicial permanece inalterado nos caso de renovação contratual.

12.5. Requisitos Temporais – Da Formalização e Vigência do Contrato

- 12.5.1. Os serviços objeto deste Projeto Básico são continuados e serão formalizados mediante Contrato, conforme o artigo 57 da Lei nº 8.666/93.
- 12.5.2. O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.
- 12.5.3. Para fins de aplicação do art. 57 da Lei n.º 8.666/93, observa-se que a duração do contrato poderá estender-se pelo prazo de até 48(quarenta e oito) meses após o início da vigência do contratato, haja vista se tratar da exceção prevista no inciso IV do artigo retromencionado.

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

[...]

IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.

[...]

- 12.5.4. A prorrogação do prazo de vigência do contrato em exercícios subsequentes ficará condicionada a avaliação da qualidade dos serviços prestados, a verificação da real necessidade e vantagem à Administração, à comprovação da compatibilidade dos preços conforme o mercado, bem como à existência, em cada ano, de dotação orçamentária para suportar as despesas dele decorrentes.
- 12.5.5. A licitante vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para assinar o contrato junto à Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas cabíveis.
- 12.5.6. A recusa injustificada da licitante em assinar o contrato no prazo acima, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeita as sanções previstas neste Projeto Básico.
- 12.5.7. Alternativamente à convocação para comparecer perante o Órgão para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.
- 12.5.8. O prazo previsto para assinatura poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 12.5.9. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta online ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3º, § 1º, da IN SLTI/MPOG nº 02, de 11/10/2010, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
- 12.5.10. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste ~~Termo~~ **Projeto**, ~~edital~~ e anexos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

12.5.11. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste ~~Termo, edital~~ **Projeto** e anexos e das demais cominações legais.

12.6. Requisitos de Segurança da Informação

12.6.1. Na execução dos serviços, a CONTRATADA terá acesso a informações do Ministério da Educação – MEC. Assim caberá a CONTRATADA:

12.6.1.1. Assinar e cumprir o termo de compromisso contendo a declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança, em que se responsabilizará pela manutenção de sigilo e confidencialidade das informações a que possa ter acesso em decorrência da contratação.

12.6.1.2. Guardar sigilo das informações que receber por força do objeto em questão.

12.6.1.3. Responsabilizar-se pela divulgação não autorizada ou pelo uso indevido de qualquer informação pertinente ao Ministério da Educação – MEC.

12.6.2. Além do termo citado, a CONTRATADA deverá apresentar para cada funcionário que vier a executar atividades referentes ao objeto da contratação, termo de sigilo e ciência em que seus profissionais declaram estar cientes das responsabilidades pela manutenção de sigilo e confidencialidade.

12.6.3. Caso se verifique a quebra de sigilo das informações disponibilizadas pelo MEC, serão aplicadas à CONTRATADA as sanções previstas na Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente na Lei nº 8.666/93 no que couber.

12.6.4. A CONTRATADA deverá comprometer-se, por si e por seus funcionários, em documento formal, a aceitar e aplicar rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente do CONTRATANTE – inclusive com a assinatura de TERMO DE COMPROMISSO E DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, ENCARTES V e VI.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

12.7. **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

12.7.1. A execução do objeto será realizada de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Casa Civil da Presidência da República, no que couber.

12.7.2. A proponente deverá observar ainda o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União no endereço: www.agu.gov.br

12.7.3. Caberá a contratada apresentar, **junto a sua proposta**, sob pena de desclassificação, Declaração de Sustentabilidade Ambiental, onde se compromete a atender a legislação que dispõe sobre o assunto, conforme modelo constante nesse Projeto Básico, ENCARTE VII.

12.8. **Requisitos de Arquitetura Tecnológica**

MACRO REQUISITOS TECNOLÓGICOS DA SOLUÇÃO DE TIC	
ID	FUNCIONALIDADES
1	Servidor de aplicação WEB.
2	Gerenciamento de aplicações PHP.
3	Compatibilidade com os ambientes Linux e Windows.
4	Manutenção da solução utilizando a versão do PHP mais atualizada.
5	Monitoramento da execução da aplicação PHP para detecção de problemas antes que os usuários sejam impactados.
6	Identificação de erros ou gargalos de performance no código.
7	Melhoria na performance das aplicações PHP.
8	Disponibilização de plug-ins atualizados.
9	Empacotamento e homologação de bibliotecas para padronização em um cluster.
10	Garantia, homologação e suporte do motor do PHP e suas extensões compatibilidade entre ambientes.
11	Visualização centralizada dos logs de todos os servidores em uma única interface.
12	Processamento assíncrono de requisições.
13	Gerenciamento centralizado de funcionalidades.
14	Gerenciamento centralizado de <i>virtualhost</i> e de aplicações.
15	Cache de dados dinâmicos.
16	Gerenciamento de sessão em cluster.
17	Gerenciamento de publicação e versionamento de aplicações em um determinado cluster PHP.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

18	Auditoria centralizada de alterações dos ambientes computacionais.
19	APIs baseadas em rest para gerenciamento de um determinado cluster.
20	Acelerador HTTP projetado para sites web dinâmicos com alto volume de conteúdo (page cache).
21	Manutenção das rotinas e procedimentos de infraestrutura, como por exemplo, deploys, gestão de libs em ambientes de aplicação e gerenciamento de sessão em cluster.
22	Manutenção dos componentes arquiteturais utilizados atualmente pelos sistemas de informação do MEC, como por exemplo, Gerenciamento de Cache e Processamento Assíncrono de Requisições (JobQueue).

12.8.1. Demais requisitos de arquitetura tecnológica, especificações e peculiaridades da solução constam estabelecidos no item ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO SERVIÇO DE RENOVAÇÃO DA SUBSCRIÇÃO DO ZEND UNLIMITED ENTERPRISE – DISPONÍVEL SOB ASSINATURA ANUAL ILIMITADA NO SLA ENTERPRISE, TIER EM (2001-5000).

12.9. Requisitos de Projeto e de Implementação

12.9.1. O requisito de projeto e de implementação estabelece o processo de desenvolvimento de software, técnicas, métodos, forma de gestão, de documentação, dentre outros; não se aplicando a esta contratação em razão do item ser de contratação do serviço de renovação da subscrição anual do Zend Server.

12.10. Requisito de Implantação

12.10.1. A entrega da subscrição deverá ser realizada na Diretoria de Tecnologia da Informação localizada na Esplanada dos Ministérios, bloco “L”, anexo II, Térreo e 1º andar, Brasília, Distrito Federal.

12.10.1.1. Caso a Contratada necessite, poderá ajustar com o Ministério da Educação, dias e horários específicos para a entrega da subscrição, que poderá também ser realizada por e-mail, a critério do CONTRATANTE.

12.10.2. A CONTRATADA deverá entregar, em horário comercial das 08:00 às 18:00h, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir de notificação para fornecimento a ser emitida pelo órgão posterior à assinatura do contrato, documento formal que comprove o registro das licenças adquiridas junto ao fabricante e a disponibilidade dos serviços de suporte técnico remoto e atualização de versão.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 12.10.2.1. A entrega de mídias contendo o software e a documentação técnica relativa ao mesmo não será exigida, já que estes podem ser facilmente obtidos no site da RogueWave. No entanto, caso durante o período de vigência do contrato, o acesso ao software ou à documentação venha a ficar indisponível, a contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias para a entrega das mídias contendo o software e/ou a documentação técnica, contados da solicitação do MEC.
- 12.10.3. O Fiscal do Contrato enviará notificação formal à Empresa Contratada informando a descrição e quantidade do produto:
- 12.10.3.1. Esta notificação deverá conter informações sobre a quantidade total de colaboradores (FULL EMPLOYEES);
- 12.10.3.2. Entende-se como "FULL EMPLOYEES" para a informação da quantidade total de colaboradores internos como a quantidade de funcionários Permanentes mais a quantidade de funcionários Terceirizados (contratados), considerando que esses Terceirizados são aqueles que são alocados por contratos de prestação de serviços de no mínimo 12 (doze) meses, além de CTUs, Consultores de Organismos Internacionais, Prestadores de Serviços, Estagiário, dentre outros.
- 12.10.4. O serviço objeto da contratação serão acompanhados, auditados e recebidos por profissionais do MEC, que se certificarão do atendimento dos objetivos definidos e a conformidade com as normas, melhores práticas e níveis mínimos de serviços pertinentes.
- 12.10.5. O objeto será dado como recebido de acordo com os artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, neste caso, no que couber, mediante termos de aceite.
- 12.11. **Requisitos de Experiência Profissional e Formação da Equipe**
- 12.11.1.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar **PREPOSTO** que deverá ter poderes para representar a CONTRATADA junto a CONTRATANTE no que tange a assuntos técnicos e administrativos da contratação. Deverá possuir poder de representação legal para tratar de todos os assuntos relacionados ao contrato, atuando à luz da IN SLTI/MPOG nº 04/2014 e suas revisões, e em atenção aos arts. 68 da Lei nº. 8.666/93 e art. 4o do Decreto nº 2.271/97. Serão atribuições mínimas do Preposto:
- a.1 Supervisionar e garantir as condições necessárias para que a execução do serviço, objeto do contrato, por parte da CONTRATADA, seja executado de forma satisfatória;
- b.1 Responder, perante a CONTRATANTE, por aspectos relevantes ao contrato;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- c.1 Participar periodicamente, a critério da CONTRATANTE, de reuniões para acompanhamento da execução do contrato;
- d.1 Levar para as reuniões periódicas de acompanhamento, as situações em nível de contrato para que sejam feitas as ponderações necessárias;
- e.1 Prestar seus serviços, estando fisicamente nas dependências da CONTRATANTE, sempre que solicitado pela CONTRATANTE;
- f.1 Realizar procedimentos para o faturamento;
- g.1 Realizar monitoramento da execução do contrato;
- h.1 Realizar procedimentos administrativos e operacionais em geral, relacionados ao contrato;
- i.1 Gerenciar possíveis conflitos das equipes.

12.11.2. Quando os serviços estiverem sendo realizados nas dependências da CONTRATANTE, os profissionais da CONTRATADA exercerão suas atribuições com acompanhamento e orientação do (s) PREPOSTO (s), responsável pela condução e realização dos serviços contratados, comparecendo presencialmente nas dependências da CONTRATANTE, quando solicitado.

12.12. Requisitos de Metodologia de Trabalho

12.12.1. A metodologia de trabalho da etapa de gerenciamento da execução contratual ficará a cargo da equipe de fiscalização do Ministério da Educação - MEC, conforme a Seção III – Gestão do Contrato da IN Nº 04/2014-SLT/MP, e está baseada nas seguintes ferramentas e controles:

12.12.1.1. Comunicação formal entre MEC e CONTRATADA definidos abaixo:

MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO A SEREM UTILIZADOS PARA TROCA DE INFORMAÇÕES ENTRE A CONTRATADA E A ADMINISTRAÇÃO	
INSTRUMENTO	OBJETIVO
Ata de Reunião	Apresentação, contextualização, definição de atividades, metas e objetivos, identificação de riscos e problemas.
Ofícios e E-mails	Estabelecer um canal de comunicação entre a CONTRATADA e o MEC para tratamento de assuntos gerais e de interesse recíproco.
Ordem de Fornecimento de Bens	Solicitação formal de entrega de bens
Ordem de Serviço	Solicitação formal de prestação de serviço
Contato de Abertura	Comunicação formal de ocorrência visando a correção de problemas detectados.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Chamado	
---------	--

- 12.12.1.2. Modelo de Gestão do Contrato;
- 12.12.1.3. Plano de Inserção;
- 12.12.1.4. Plano de Fiscalização;
- 12.12.1.5. Encaminhamento formal de ordens de serviço/fornecimento de bens.

12.12.2. Toda a comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá ser sempre formal como regra, exceto em casos excepcionais que justifiquem outro canal de comunicação.

12.13. Recursos Materiais

12.13.1. Quando a prestação dos serviços ocorrer nas instalações do Ministério da Educação - MEC será de responsabilidade do órgão a disponibilização de todos os insumos necessários à prestação de serviços, dentre eles e não exhaustivamente: espaço físico, mobiliário, estação de trabalho, rede elétrica e acesso à rede corporativa do MEC.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

13.2. Encaminhar formalmente a demanda, preferencialmente por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos no Projeto Básico.

13.3. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita.

13.4. Verificar mensalmente, quando couber a contratação, o cumprimento do pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da CONTRATADA vinculados diretamente com os serviços contratados, em especial quanto:

13.4.1. Ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

13.4.2. À concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;

13.4.3. À concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 13.4.4. Aos depósitos do FGTS; e
- 13.4.5. Ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 13.5. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços de Tecnologia da Informação.
- 13.6. Proporcionar à CONTRATADA as condições necessárias à execução regular do Contrato, permitindo o acesso dos profissionais desta às suas dependências, quando necessário.
- 13.7. Fornecer à CONTRATADA todo tipo de informação interna essencial à realização dos serviços, atentando ao quesito de segurança e sigilo de dados.
- 13.8. Realizar, durante a execução contratual a fiscalização para fins de manutenção da qualificação técnica, regularidade fiscal e trabalhista de atendimento ao contrato.
- 13.9. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado (fiscal técnico), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 13.10. Entretanto, a presença do fiscal do Contrato não diminuirá a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas.
- 13.11. Comunicar prontamente à CONTRATADA qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento de artefatos que estejam em desacordo com as especificações e condições estabelecidas no Projeto Básico.
- 13.12. Pagar à CONTRATADA, os valores relativos aos serviços entregues, homologados e aceitos, conforme forma e prazo estabelecido em Contrato, Projeto Básico e Anexos/Encartes.
- 13.13. Propor a aplicação das penalidades previstas para o caso de não cumprimento de cláusulas contratuais ou aceitar, quando cabível técnica e administrativamente, as justificativas apresentadas pela CONTRATADA.
- 13.14. Verificar a regularidade da situação fiscal e dos recolhimentos sociais trabalhistas da CONTRATADA conforme determina a lei, antes de efetuar o pagamento devido.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

13.15. Comunicar por escrito à CONTRATADA as modificações realizadas nas Metodologias utilizadas pela CONTRATANTE.

13.16. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

13.17. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

13.18. Efetuar, quando houver, as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA.

13.19. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

13.19.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente ao preposto ou responsável indicado pela CONTRATADA, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

13.19.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;

13.19.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

13.19.4. Responsabilizar-se pela infraestrutura física considerando: sala, mesa, cadeira e telefone para os serviços, prestados nas suas dependências.

13.20. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Atender a todas as condições descritas no Projeto Básico, seus anexos e no Contrato;

14.2. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do Contrato;

14.3. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, contribuições previdenciárias, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

14.4. Responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto do Projeto Básico, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à CONTRATANTE;

14.5. Obter todas as autorizações, aprovações e franquias necessárias à execução do serviço, pagando os emolumentos prescritos por lei e observando as leis, regulamentos e posturas aplicáveis. É obrigatório o cumprimento de quaisquer formalidades e o pagamento, à sua custa, das multas porventura impostas pelas autoridades, mesmo daquelas que, por força dos dispositivos legais, sejam atribuídas à Administração Pública;

14.6. Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, parte alguma do contrato. A fusão, cisão ou incorporação só serão admitidas com o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE;

14.7. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

14.8. Dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto, bem como, prestar esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;

14.9. Manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos provenientes da execução do Contrato e também às demais informações internas da CONTRATANTE, a que a CONTRATADA tiver conhecimento;

14.10. Não deixar de executar qualquer atividade necessária ao perfeito fornecimento do objeto, sob qualquer alegação, mesmo sob pretexto de não ter sido executada anteriormente qualquer tipo de procedimento;

14.11. Somente desativar hardware, software e qualquer outro recurso computacional relacionado à execução do objeto, mediante prévia autorização da CONTRATANTE;

14.12. Prestar qualquer tipo de informação solicitada pela CONTRATANTE sobre o serviço contratado, bem como fornecer qualquer documentação julgada necessária ao perfeito entendimento do objeto do Projeto Básico;

14.13. Elaborar e apresentar documentação técnica dos serviços executados, nas datas aprazadas, visando homologação da mesma pela CONTRATANTE;

14.14. Indicar preposto para representá-la na execução do contrato, nos termos do art. 68 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

14.15. Alocar profissionais devidamente capacitados, treinados, habilitados e qualificados para os serviços contratados;

14.16. Providenciar a substituição imediata dos profissionais alocados ao serviço, que eventualmente não atendam aos requisitos do Projeto Básico, ou por solicitação da CONTRATANTE devidamente justificada;

14.17. Implementar rigorosa gerência de contrato com observância a todas as disposições constantes do Projeto Básico;

14.18. Indicar formalmente preposto apto a representa-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fial execução do contrato;

14.19. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual.

15. MODELO DE EXECUÇÃO

15.1. Especificação Técnica do Serviço de Renovação da Subscrição do Zend Unlimited Enterprise – Disponível Sob Assinatura Anual Ilimitada no SLA ENTERPRISE, TIER EM (2001-5000)

15.1.1. Todos os produtos devem ser oferecidos com base em uma subscrição válida por 12 (doze) meses a contar da data de sua ativação.

15.1.2. A CONTRATADA deve ser autorizada pela empresa *RogueWave*, proprietária da solução *Zend*, para a prestação do serviço.

15.1.3. A subscrição deve contemplar, sem custos adicionais para CONTRATANTE:

15.1.3.1. Nível de serviços de suporte técnico para servidor de produção *Zend Unlimited Enterprise*, TIER EM (2001-5000);

15.1.3.2. Resolução de chamados técnicos remotos, envolvendo questões de instalação, uso, configuração, diagnóstico de problema, configuração, atualizações e defeitos do produto;

15.1.3.3. Manutenção e Hot Fixes:

- Releases e updates de produtos:
 - PHP;
 - Extensões PHP;
 - Driver de Software de Banco de Dados e bibliotecas de cliente;
 - Apache;
 - MySQL;
 - *Zend Framework*;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- Bundled applications (phpMyAdmin, etc.);
- Hot fixes de segurança do PHP: Fornecer hot fixes de segurança do PHP disponibilizadas pelo processo de manutenção do PHP;
- Hot fixes de bugs críticos do PHP: Fornecer hot fixes para outros erros críticos não relacionados à segurança que foram resolvidos pelo PHP.net mas ainda não disponibilizados;
- *Hot fixes de bugs* do PHP solicitados pelo cliente: a *Zend* deverá gerar uma correção para um *bug* específico do PHP que foi reportado ao time de *open source* do PHP;
- Período de suporte da versão do PHP: *Zend* deverá continuar a suportar e oferecer *hot fixes* para versões menores (ex. 5.2 ou 5.3) durante o período de tempo especificado após a versão menor for descontinuada pelo PHP.net;

15.1.3.4. Serviços de suporte:

- Fóruns;
- Base de Conhecimento;
- Suporte Web;
- Suporte Telefônico;
- Disponibilidade de Atendimento: 24 horas por dia, 7 dias por semana;
- Solução de problemas e diagnóstico remoto.

15.1.3.5. Tempo de resposta inicial:

- Tempo de resposta para chamados por telefone (Prioridade 1*): 2 (duas) horas;
- Tempo de resposta para chamados por telefone (qualquer outra Prioridade): 24 (vinte e quatro) horas corridas;
- Tempos de resposta para chamados via WEB (Prioridade 1*): 24 (vinte e quatro) horas corridas;
- Tempo de resposta para chamados via WEB (qualquer outra Prioridade): 24 (vinte e quatro) horas corridas;

*** Prioridade 1 – São incidentes nos quais os produtos *Zend* são inutilizáveis, resultando em interrupção total dos processos comerciais críticos.**

15.1.3.6. Não faz parte do escopo de Suporte Técnico descrito acima:

- Desenvolvimento de código;
- Auditoria de código;
- Configuração do hardware ou do sistema operacional;
- Design e configuração de rede;

15.1.4. Regras e políticas de segurança.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

15.2. **Papéis e Responsabilidades**

15.2.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual serão exercidos, pela CONTRATANER, pelas figuras descritas na IN/MP nº 04/2014, a saber: GESTOR, FISCAL TÉCNICO, FISCAL ADMINISTRATIVO E FISCAL REQUISITANTE.

15.2.2. **Gestão do Contrato – Responsabilidades** – o servidor designado para assumir o papel de Gestor do Contrato, deverá possuir atribuições gerenciais, para coordenar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual. São algumas das atribuições do Gestor:

- 15.2.2.1. Elaborar Plano de Inserção da CONTRATADA;
- 15.2.2.2. Realizar reunião inicial com a participação do preposto da CONTRATADA e demais intervenientes;
- 15.2.2.3. Encaminhar formalmente ao preposto da CONTRATADA as necessárias Ordens de Serviço;
- 15.2.2.4. Encaminhar as demandas de correção para a CONTRATADA;
- 15.2.2.5. Monitorar a execução contratual;
- 15.2.2.6. Conduzir a transição contratual e o encerramento do contrato, observando o Plano de Sustentação;
- 15.2.2.7. Encaminhar indicação de aplicação de sanções;
- 15.2.2.8. Confeccionar e assinar o Termo de Recebimento Provisório e o Termo de Recebimento Definitivo, para fins de encaminhamento para pagamento;
- 15.2.2.9. Autorizar a emissão de notas fiscais mediante solicitação encaminhada ao preposto da licitante vencedora;
- 15.2.2.10. Encaminhar à Área Administrativa eventuais pedidos de modificação contratual;
- 15.2.2.11. Manter o histórico de gerenciamento do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem cronológica e histórica;
- 15.2.2.12. Se necessário, solicitar à Área Administrativa, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias corridos do término do contrato, aditamento contratual, com base na documentação contida no histórico de gerenciamento do contrato e nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, explicitando os motivos para tal aditamento;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

15.2.2.13. E demais responsabilidades elencadas nas Instruções Normativas SLTI nº 05/2017 e 04/2014.

15.2.3. **Fiscalização Técnica – Responsabilidades** - o servidor designado para assumir o papel de Fiscal Técnico, fiscalizará tecnicamente a execução contratual. São algumas das atribuições do Fiscal Técnico:

- 15.2.3.1. Apoiar a elaboração do Plano de Inserção;
- 15.2.3.2. Avaliar a qualidade dos serviços entregues, a conformidades e as justificativas de acordo com os critérios de aceitação;
- 15.2.3.3. Identificar a não conformidade com os termos contratuais;
- 15.2.3.4. Verificar manutenção das condições classificatórias;
- 15.2.3.5. Verificar a manutenção das condições elencadas no Plano de Sustentação;
- 15.2.3.6. E demais responsabilidades eventualmente elencadas nas Instruções Normativas SLTI nº 05/2017 e 04/2014.

15.2.4. **Fiscalização Requisitante – Responsabilidades** - o servidor designado para assumir o papel de Fiscal Requisitante, fiscalizará a execução contratual do ponto de vista funcional da Solução de Tecnologia da Informação. São algumas das atribuições do Fiscal Requisitante:

- 15.2.4.1. Apoiar a elaboração do Plano de Inserção;
- 15.2.4.2. Avaliar a qualidade dos serviços entregues, as conformidades e as justificativas de acordo com os critérios de aceitação;
- 15.2.4.3. Identificar as não conformidades com os termos contratuais;
- 15.2.4.4. Assinar o Termo de Recebimento Definitivo, em conjunto com o Gestor do Contrato para fins de encaminhamento para pagamento;
- 15.2.4.5. Verificar a manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação;
- 15.2.4.6. Apoiar a manutenção das condições elencadas no Plano de Sustentação;
- 15.2.4.7. E demais responsabilidades eventualmente elencadas nas Instruções Normativas SLTI nº 05/2017 e 04/2014.

15.2.5. **Fiscalização Administrativa – Responsabilidades** - o servidor designado para assumir o papel de Fiscal Administrativo, fiscalizará a execução contratual quanto aos aspectos administrativos. São algumas das atribuições do Fiscal administrativo:

- 15.2.5.1. Apoiar a elaboração do Plano de Inserção;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 15.2.5.2. Verificar aderência aos termos contratuais;
 - 15.2.5.3. Verificar manutenção das condições classificatórias;
 - 15.2.5.4. Verificar as regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento;
 - 15.2.5.5. Solicitar aplicação das sanções previstas, quando necessário;
 - 15.2.5.6. E demais responsabilidades eventualmente elencadas nas Instruções Normativas SLTI nº 05/2017 e 04/2014.
- 15.2.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou preposto, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.2.7. Caberá a CONTRATADA reservar pelo menos um profissional do seu quadro de colaboradores para exercer a função de preposto.
- 15.2.8. O preposto deverá ter poderes para representar a CONTRATADA junto a CONTRATANTE no que tange a assuntos técnicos e administrativos da contratação. Deverá possuir poder de representação legal para tratar de todos os assuntos relacionados ao contrato, atuando à luz da IN SLTI/MPOG nº 04/2014 e suas revisões, e em atenção aos arts. 68 da Lei nº. 8.666/93 e art. 4º do Decreto nº 2.271/97. Serão atribuições mínimas do Preposto:
- 15.2.8.1. Supervisionar e garantir as condições necessárias para que a execução do serviço, objeto do contrato, por parte da CONTRATADA, seja executado de forma satisfatória;
 - 15.2.8.2. Responder, perante a CONTRATANTE, por aspectos relevantes ao contrato;
 - 15.2.8.3. Participar periodicamente, a critério da CONTRATANTE, de reuniões para acompanhamento da execução do contrato;
 - 15.2.8.4. Levar para as reuniões periódicas de acompanhamento, as situações em nível de contrato para que sejam feitas as ponderações necessárias;
 - 15.2.8.5. Prestar seus serviços, estando fisicamente nas dependências da CONTRATANTE, sempre que solicitado pela CONTRATANTE;
 - 15.2.8.6. Realizar procedimentos para o faturamento;
 - 15.2.8.7. Realizar monitoramento da execução do contrato;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

15.2.8.8. Realizar procedimentos administrativos e operacionais em geral, relacionados ao contrato;

15.2.8.9. Gerenciar possíveis conflitos das equipes.

15.2.9. Quando os serviços estiverem sendo realizados nas dependências da CONTRATANTE, os profissionais da CONTRATADA exercerão suas atribuições com acompanhamento e orientação do (s) PREPOSTO (s), responsável pela condução e realização dos serviços contratados, comparecendo presencialmente nas dependências da CONTRATANTE, quando solicitado.

15.3. Estimativa do Volume de Serviço

15.3.1. O quadro a seguir consolida a estimativa do volume de serviços a ser contratado:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Serviço de Renovação da Subscrição do <i>Zend Unlimited Enterprise</i> – disponível sob assinatura anual ilimitada no <i>SLA Enterprise</i> , Tier EM (2001-5000)	Subscrição Anual	1

15.4. Mecanismos de Comunicação

15.4.1. Comunicação formal entre MEC e CONTRATADA definidos abaixo:

MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO A SEREM UTILIZADOS PARA TROCA DE INFORMAÇÕES ENTRE A CONTRATADA E A ADMINISTRAÇÃO		
INSTRUMENTO	OBJETIVO	
Ata de Reunião	Apresentação, contextualização, definição de atividades, metas e objetivos, identificação de riscos e problemas.	
Ofícios e E-mails	Estabelecer um canal de comunicação entre a CONTRATADA e o MEC para tratamento de assuntos gerais e de interesse recíproco.	
Ordem de Fornecimento Bens	Solicitação formal de entrega de bens	
Ordem de Serviço	Solicitação formal de prestação de serviço	
Contato de Abertura de Chamado	Comunicação formal de ocorrência visando a correção de problemas detectados.	

15.4.2. Toda a comunicação entre a Administração Pública e a CONTRATADA deverá ser sempre formal como regra, exceto em casos excepcionais que justifiquem outro canal de comunicação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

15.5. **Forma de Pagamento**

- 15.5.1. O pagamento será efetuado em parcela única, após avaliação e aceite pela CONTRATANTE e emissão do Termo de Aceite Definitivo – TAD.
- 15.5.2. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, por meio de emissão de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da CONTRATADA, até o 10º (decimo) dia útil, após o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura do serviço executado no mês de competência, atestada pela Administração, na forma e prazo estabelecidos no Projeto Básico, além do comprovante de recolhimento dos encargos sociais e, quando for o caso, das multas aplicadas, conforme a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.
- 15.5.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA está condicionada a validação pelo CONTRATANTE, por meio do **Termo de Recebimento Definitivo-TRD** do Relatório Técnico Consolidado e da verificação da necessidade da aplicação de descontos no valor da Nota Fiscal/Fatura, oriundos da aplicação de eventuais glosas ou sanções.
- 15.5.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da regularidade fiscal, constatada por intermédio da consulta “on-line” ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da lei nº 8.666/93.
- 15.5.5. As Notas Fiscais devem ser eletrônicas (Nfe) conforme disposições contidas no inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009.
- 15.5.6. Deverão também conter nas Notas Fiscais Eletrônicas, os dados bancários do credor para emissão da (s) ordem (s) bancária (s) e as devidas retenções tributárias a serem feitas pela instituição conforme o artigo 64 da Lei 9.430 de 27 de dezembro de 1996.
- 15.5.7. Caso a empresa seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL OU SUPER SIMPLES deverá apresentar a nota fiscal eletrônica, acompanhada do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

15.5.8. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida à empresa, pelo representante da CONTRATANTE, e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

15.5.9. Em caso de irregularidade ou imperfeições na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da sua reapresentação, desde que devidamente regularizado.

15.5.10. No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais da habilitação quanto à situação de regularidade da empresa (art. 27, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005).

15.5.11. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.5.12. Havendo atraso de pagamento, provocados pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde da data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula::

$$I=(TX/100) \times 365 \times EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

15.5.13. Em cumprimento ao disposto no Art. 64, da Lei nº 9.430, de 27/12/96, Lei nº 9.718, de 27/11/98 e Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.244, de 30 de janeiro de 2012, a Divisão de Execução Orçamentária e Financeira reterá na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a Contribuição para a Seguridade Social – COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a CONTRATADA se esta não apresentar cópia do Termo de Opção ou Certificado de Isenção do IRPJ, nos termos da legislação vigente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 15.5.14. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando o contratado:
- 15.5.14.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades CONTRATADAS; ou
 - 15.5.14.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 15.5.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no § 4º do art. 3º da Instrução Normativa nº 2, de 11 de outubro de 2010.
- 15.5.16. Quanto à prestação de serviços, na retenção do Imposto Sobre Serviços - ISS, será observado, no que couber, o disposto na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.
- 15.5.17. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos (caso estes estejam claros), e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente (com ou sem as justificativas e motivos).
- 15.5.18. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 15.5.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.
- 15.5.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 15.5.21. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

15.5.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

16.1. Critérios de Aceitação dos Serviços

16.1.1. Ver Item 15 desse PROJETO BÁSICO.

16.2. Critérios de Recebimento dos Serviços

16.2.1. TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO - TRP

16.2.1.1. Mediante termo, os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, pelo (s) servidor (es) responsável (eis) designado pelo MEC para acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias corridos do recebimento pelo MEC.

16.2.1.2. O MEC emitirá TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO referente a Ordem de Serviço entregue pela empresa contratada.

16.2.1.3. A OS deverá ser entregue para análise pelo MEC. Caso seja reprovada, a empresa contratada deverá, no prazo máximo de até 20(vinte) dias corridos, após a notificação do MEC, realizar os ajustes necessários para torná-la aderente às especificações técnicas, sem prejuízo de aplicação de penalidades previstas contratualmente.

16.2.1.4. A CONTRATANTE realizará a avaliação da Ordem de Serviço concluída e entregue conforme prazo especificado, contado a partir da data da entrega da etapa pela empresa contratada.

16.2.2. TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO - TRD

16.2.2.1. Os serviços serão recebidos DEFINITIVAMENTE, pelo (s) servidor (es) responsável (eis) designado (s) pelo MEC, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei.

16.2.2.1.1. O prazo a que se refere o item acima não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

16.2.2.2. O Gestor do Contrato emitirá TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO referente a Ordem de Serviço concluída e entregue. Isso ocorrerá após avaliação de conformidade, verificação de que os



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

artefatos estão de acordo com as especificações técnicas estabelecidas na OS e demais condições contratuais.

16.2.2.3. Finda a etapa de recebimento, o MEC lavrará o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

16.2.2.4. Para aceite do recebimento e posterior encaminhamento ao pagamento, deverão ser apresentados os seguintes documentos: Relatório de Atividades.

16.2.2.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos em Lei.

16.2.3. Deverá a empresa contratada adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, quando couber, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI nº 01/2010, de 1º de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

16.3. Forma de Pagamento

16.3.1. Ver Item 15.5.

16.4. Mecanismos de Comunicação

16.4.1. Ver Item 15.4.

16.5. Estimativa do Volume de Serviço

16.5.1. Ver Item 15.3.

16.6. Papéis e Responsabilidades

16.6.1. Ver Item 15.2.

16.7. Obrigações da Contratante

16.7.1. Ver Item 13.

16.8. Obrigações da Contratada

16.8.1. Ver Item 14.

16.9. Da Garantia e Manutenção

16.9.1. Ver Item 12.3.

16.10. Da Formação da Equipe



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

16.10.1. Ver Item 12.13.

16.11. **Das Sanções**

Comentado [ECSG3]: Substituir pelo texto em vermelho, logo abaixo

16.11.1. ~~Com fundamento na Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação, no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Contratante, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas no Termo/Contrato e demais cominações legais a(s) Contratada (s) que:~~

16.11.2. ~~Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:~~

16.11.2.1. ~~Apresentar documentação falsa;~~

16.11.2.2. ~~Ensejar o retardamento da execução do objeto;~~

16.11.2.3. ~~Falhar ou fraudar na execução do contrato;~~

16.11.2.4. ~~Deixar de entregar a documentação exigida no edital;~~

16.11.2.5. ~~Não mantiver a proposta e não assinar o contrato;~~

16.11.2.6. ~~Comportar-se de modo inidôneo;~~

16.11.2.7. ~~Fizer declaração falsa;~~

16.11.2.8. ~~Cometer fraude fiscal;~~

16.11.2.9. ~~Ou incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.~~

16.11.3. ~~Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.~~

16.11.4. ~~As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa.~~

16.11.5. ~~Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.~~



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

16.11.6. ~~Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades previstas no artigo 5º a 7º da Portaria nº 120/2016. Abaixo destaca-se as possíveis aplicações:~~

~~16.11.6.1. — Advertência.~~

~~16.11.6.2. — Multa de:~~

- ~~a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;~~
 - ~~b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;~~
 - ~~c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;~~
 - ~~d) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;~~
 - ~~e) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato;~~
 - ~~f) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos;~~
 - ~~g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada;~~
- 16.11.7. ~~No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento).~~



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 16.11.8. ~~O pagamento da multa poderá ser mediante:~~
- 16.11.8.1. ~~GRU ou desconto (glosa), sobre o valor das parcelas devidas à Contratada;~~
 - 16.11.8.2. ~~Execução da garantia; ou~~
 - 16.11.8.3. ~~Procedimento Judicial.~~
- 16.11.9. ~~As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando a dos pagamentos a serem efetuados.~~
- 16.11.10. ~~No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, a Contratante poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pela Contratante, o valor retido correspondente será depositado em favor da Contratada, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.~~
- 16.11.11. ~~Caso a Contratada descumpra quaisquer condições do Projeto Básico poderá a Contratante aplicar multa de 1% do valor mensal da fatura por dia e por ocorrência a título de glosa em quaisquer faturas posteriores ao ocorrido resguardado o direito a ampla defesa e do contraditório.~~
- 16.11.12. ~~A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria 120/2016, observando-se as regras previstas na Lei nº 8.666, de 1993 e subsidiariamente na Lei 9.784, de 1999.~~
- 16.11.13. ~~A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a abrangência do dano apontada pela área demandante, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.~~
- 16.11.14. ~~As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.~~

Com fundamento na Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação, no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, ficará impedida de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto/Contrato e demais cominações legais a(s) CONTRATADA(S) que:

apresentar documentação falsa;

ensejar o retardamento da execução do objeto;

falhar ou fraudar na execução do contrato;

Deixar de entregar a documentação;

Não manter a proposta, não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta ou não aceitar/retirar a nota de empenho;

comportar-se de modo inidôneo;

fizer declaração falsa;

cometer fraude fiscal;

ou incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.

Pela inexecução total ou parcial do objeto da presente licitação, a depender da gravidade do ato praticado, a Administração poderá optar pela aplicação da pena de Advertência, nos termos do inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto Básico, no Contrato e das demais cominações legais.

As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa.

Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades previstas no artigo 5º ao 7º da Portaria nº 120/2016. Abaixo destacam-se as possíveis aplicações:

advertência;

multa de:

0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;

15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato.

suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento).

As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

Caso a Contratada descumpra quaisquer condições do Projeto Básico, poderá a Contratante aplicar multa de 1% do valor mensal da fatura por dia e por ocorrência, a título de glosa, em quaisquer faturas posteriores ao ocorrido, resguardado o direito à ampla defesa e do contraditório.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, com rito estabelecido na Portaria nº 120/2016, observando-se regras gerais previstas na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a abrangência do dano apontada pela área demandante, bem como, o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

Caracteriza-se como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como, o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das multas e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.12. Da Formalização e Vigência do Contrato

- 16.12.1. Os serviços objeto deste Projeto Básico são continuados e serão formalizados mediante Contrato, conforme o artigo 57 da Lei nº 8.666/93.
- 16.12.2. O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.
- 16.12.3. O CONTRATANTE poderá optar pela prorrogação por iguais e sucessivos períodos desse prazo, após a verificação da real necessidade e vantagens à Administração, mediante acordo entre as partes, limitado a 48(quarenta e oito) meses após o início da vigência do contratato, haja vista se tratar da execução prevista no inciso IV do art. 57 da Lei n.º 8.666/93.
- 16.12.4. A prorrogação do prazo de vigência do contrato em exercícios subsequentes ficará condicionada a avaliação da qualidade dos serviços prestados, a verificação da real necessidade e vantagem à Administração, à comprovação da compatibilidade dos preços conforme o mercado, bem como à existência, em cada ano, de dotação orçamentária para suportar as despesas dele decorrentes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 16.12.5. A licitante vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para assinar o contrato junto à Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas cabíveis.
- 16.12.6. A recusa injustificada da licitante em assinar o contrato no prazo acima, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeita as sanções previstas neste Projeto Básico.
- 16.12.7. Alternativamente à convocação para comparecer perante o Órgão para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.
- 16.12.8. O prazo previsto para assinatura poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 16.12.9. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta online ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3º, § 1º, da IN SLTI/MPOG nº 02, de 11/10/2010, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
- 16.12.10. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste **Termo, edital Projeto** e anexos.
- 16.12.11. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste **Termo, edital Projeto** e anexos e das demais cominações legais.
- 16.13. **Da Garantia Contratual**
- 16.13.1. Ver Item 12.5.
- 16.14. **Do Reajuste**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 16.14.1. De acordo com as características do serviço, que não possui o cunho daqueles com dedicação exclusiva de mão-de-obra, acredita-se como razoável, a aplicação do instituto do reajuste, em sentido restrito, de que tratam o inciso XI do art. 40 e o §8º do art. 65, ambos da Lei nº 8.666/93.

“Art. 40

[...]

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;”

“Art. 65

[...]

§ 8o A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.”

- 16.14.2. Em pesquisa aos índices setoriais existentes, não se verificou algum que, de fato, reflita a variação de preços de serviços da área de tecnologia da informação. Nesse caso, a adoção de índice geral é, por absoluta impossibilidade de adoção de índice específico ou setorial e por força da Orientação Normativa AGU nº 23/2009, a única opção.

- 16.14.3. Portanto, na impossibilidade de se utilizar índice setorial de preços, propõe-se que o preço consignado no contrato seja corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do **IPCA - Índice de Preços ao Consumido Amplo**. O IPCA tem caráter nacional e sua população-objetivo é abrangente.

- 16.14.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Nota explicativa: O art. 3º, I, da Portaria nº 409, de 21 de dezembro de 2016, veda a indexação de preços por índices gerais. Nada obstante, o ANEXO IX, item 7, “b”, da IN nº 05/2017, autoriza a adoção de índices gerais, devendo ser dada preferência, contudo, aos setoriais, bem como a Orientação Normativa n. 23 da AGU.

16.15. **Da Condição de Alteração do Contrato**

- 16.15.1. Os aditamentos ao contrato, sempre por meio de Termos Aditivos, deverão ocorrer com as devidas justificativas em consonância com o art. 65 da Lei nº 8.666/1993. O contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 25%



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

(vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, mantidas as mesmas condições estipuladas.

16.16. Do Cancelamento/Rescisão do Contrato

16.16.1. Além de outras hipóteses expressamente previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, o inadimplemento de qualquer cláusula estabelecida no contrato, o cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio, o não cumprimento de qualquer condição, por parte da licitante vencedora, poderá acarretar a rescisão do contrato, mediante aviso prévio, formalmente motivado nos autos do processo, garantido direito ao contraditório e ampla defesa.

16.16.2. Ao MEC é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se, no que couberem as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do art. 80.

17. DO PARCELAMENTO DO OBJETO

17.1. Considerando o objeto da contratação, a solução escolhida e a justificativa apresentadas acima, a equipe de planejamento da contratação, em observância ao disposto no art. 14, §§ 2º e 3º da IN/SLTI/MPG nº. 04/2014, transcritos a seguir, entende-se ser inviável o parcelamento da solução que se pretende contratar, *in verbis*:

Art. 14. O Termo de Referência ou Projeto Básico será elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação a partir do Estudo Técnico Preliminar da Contratação e conterá, no mínimo, as seguintes informações:

(...)

§ 2º A Equipe de Planejamento da Contratação avaliará a viabilidade de:

I - parcelamento da Solução de Tecnologia da Informação a ser contratada, em tantos itens quanto se comprovarem técnica e economicamente viáveis, justificando-se a decisão de parcelamento ou não da Solução; e

II - permitir consórcio ou subcontratação da Solução de Tecnologia da Informação, observado o disposto nos arts. 33 e 72 da Lei nº 8.666, de 1993, respectivamente, justificando-se a decisão.

§ 3º A Equipe de Planejamento da Contratação avaliará, ainda, a necessidade de licitações e contratações separadas para os itens que, devido a sua natureza, possam ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, conforme disposto no art. 23, § 1º da Lei nº 8.666, de 1993. (grifo nosso)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 17.2. Nesse contexto, o que se pretende com o objeto é uma contratação que possa promover a disponibilização do **Serviço de Renovação da Subscrição Anual do Zend Unlimited Enterprise**.
- 17.3. A decisão de realizar ou não o parcelamento passa necessariamente pela análise dos prejuízos que podem advir da pulverização excessiva da execução de um determinado objeto pelas mais diversas pessoas, seja sob o ponto de vista da gestão como do ponto de vista da perda de economia de escala.
- 17.4. Diante do exposto, a decisão visa reduzir o risco de problemas técnicos, financeiros, de gestão e de fiscalização desta contratação, que estariam associados a uma hipotética separação/desmembramento dos serviços técnicos sem a existência de elementos claros e objetivos e de maturidade suficientes para garantir a vantajosidade da contratação.
- 17.5. O Ministério da Educação – MEC, levando em consideração as recomendações legais do art. 15, inciso IV, da Lei 8.666/1993 onde determina que as compras, sempre que possível, deverão: ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade. Portanto, visando a garantir a competitividade do certame e a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração optou-se pela contratação de um único item, sendo ele: **Serviço de Renovação da Subscrição Anual do Zend Unlimited Enterprise**.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS

18.1. A estimativa de preços foi realizada mediante a utilização do parâmetro contido no Inciso IV do art. 2 da IN/MPOG nº 05/2014, posto que, se trate de serviços a serem contratados na forma de **Inexigibilidade**, com fulcro no art. 25 da Lei nº 8.666/93, “**é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição...**”.

18.2. Tendo em vista o consumo estimado foi apresentada a proposta/cotação de preços através do Ofício 102/2018 (1325156) no valor anual de estimado de **R\$ 1.772.363,29 (um milhão e setecentos e setenta e dois mil e trezentos e sessenta e três reais e vinte e nove centavos)**, com base na proposta encaminhada pela empresa ETT Informática LTDA ao Ministério da Educação – MEC, conforme a seguir:

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Global (R\$)
1	Serviço de Renovação da Subscrição do Zend Unlimited Enterprise – disponível sob assinatura anual ilimitada no SLA Enterprise, Tier EM (2001-5000)	Subscrição Anual	1	1.772.363,29	1.772.363,29
VALOR TOTAL (R\$)					1.772.363,29



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

18.3. Desde já, esclarece-se que nos termos do Ofício nº. 70/2018/ETTBRASIL (1233471) encaminhado pelo representante da empresa ETT INFORMÁTICA LTDA - EPP, Sr. **ÉRICO ARANTES SANTOS VASCONCELOS**, o MEC é o único órgão da Administração a possuir contrato vigente referente aos serviços pretendidos, o que impossibilitou a pesquisa de compatibilidade de preços.

18.4. Em 07/11/2018, por meio do Ofício nº. 50 (1314088) a Coordenação-Geral de Desenvolvimento (CGD) solicitou à empresa ETT INFORMÁTICA LTDA, na condição de fornecedora exclusiva no Brasil, para o fornecimento das licenças e subscrições dos seguintes produtos (softwares): Zend Guard, Zend Unlimited, Zend Studio e Zend Server, como se pode evidenciar por força da Certidão nº 0117/2018 emitida pela ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ASSESPRO (1311484) demonstração da compatibilidade de preço ofertado.

18.5. Em resposta à solicitação encaminhada pela CGD, a empresa ETT INFORMÁTICA LTDA encaminhou o Ofício nº. 102/2018 (1325156) e seu Complemento nº. (1328409) com demonstração da compatibilidade do preço ofertado com aqueles praticados no mercado, para futura contratação de serviço de **renovação da subscrição anual do Zend Server Unlimited Enterprise..**

19. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. A despesa decorrente da contratação correrá a conta do Programa de Trabalho consignado ao MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC, no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2018, sob o Elemento de Despesa 33.90.39, subelemento 00, que será empenhado nos termos da Lei, e na exata medida da necessidade do Órgão e constará da respectiva Nota de Empenho.

19.2. As despesas dos anos subsequentes, em caso de prorrogação, estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento à presente finalidade, a ser consignada ao MEC, na Lei Orçamentária da União.

20. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

20.1. De acordo com o disposto na Instrução Normativa Nº 05/2017 do MP, a licitante deverá apresentar as condições de habilitação econômico-financeira nos seguintes termos:

20.1.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

20.1.2. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente;

20.1.3. Certidão negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

20.2. Em que pese o objeto a ser contratado referir-se a serviços continuados, esses não serão prestados com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, afastando assim a necessidade da comprovação de Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação. Esse o posicionamento do Tribunal de Contas da União, segundo pesquisa aos Acórdãos: 592/2016; 1214/2013; 47/2013; 2247/2011 todos do Plenário.

"9.2.2 em futuros certames licitatórios, observe que a exigência capital circulante mínimo (CCL) de 16,66% é adequada apenas aos serviços continuados com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, sendo cabível, nos demais contratos por escopo, a adoção de critérios de habilitação econômico-financeira com requisitos diferenciados de CCL, estabelecidos conforme as peculiaridades do objeto a ser licitado, tomando-se necessário que exista justificativa do percentual adotado nos autos do procedimento licitatório". (Trecho do Acórdão 592/2016 TCU-Plenário)

21. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

21.1. Para definição dos itens da qualificação técnica, levou-se em consideração o art. 30, inciso II, da Lei 8.666 que estabelece:

"A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: [...] II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos".

21.2. O Tribunal de Contas da União (TCU) entende que as exigências relativas à qualificação técnica têm objetivo preciso, qual seja:

"assegurar que a licitante estará apto a dar cumprimento às obrigações assumidas com a Administração, não podendo a sua comprovação ser feita mediante a formulação de exigências desarrazoadas, que comprometam a observância do princípio constitucional da isonomia" (Decisão 503/2000 Plenário, Rel. Min. ADHEMAR PALADINI GHISI, DOU 05.07.2000).

21.3. O Tribunal asseverou em inúmeros outros casos sobre a possibilidade da inserção dos critérios de atestados de capacidade técnica desde que estes sejam indispensáveis a garantia de execução do objeto, ou seja, guardem verossimilhança com as reais condições pretendidas pela Administração:

*"Acórdão 1890/2010 - Plenário
TCU - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2009*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

"1.1. O objeto deste Pregão é o descrito na tabela abaixo:"

....

"49.3. 1 (um), ou mais, atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Pregão;"

- 21.4. Para efeito de compatibilidade, levamos em consideração o entendimento do TCU, conforme conta na publicação Orientações e Jurisprudência do TCU:

Acórdão 1636/2007 Plenário (Sumário)

"Estabeleça, por ocasião da avaliação da qualificação técnico-operacional das empresas licitantes, percentuais mínimos acima de 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço, salvo em casos excepcionais, cujas justificativas deverão estar tecnicamente explicitadas no processo administrativo anterior ao lançamento do respectivo edital, ou no próprio edital e seus anexos, em observância ao inciso XX I do art. 37 da Constituição Federal. inciso I do § 1º do art. 3º e inciso II do art. 30 da Lei nº 8.666/1993.

As exigências quanto à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional devem limitar-se às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação e, no caso destas, restringirem-se a aspectos de qualificação técnica e econômica que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações do futuro contrato."

- 21.5. Considerando-se a natureza do serviço, os padrões de excelência que se deseja alcançar e os resultados esperados, é significativo que as empresas candidatas demonstrem condições, em proporção razoável, de experiência comprovada na prestação de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.
- 21.6. Para permitir uma melhor seleção das empresas e evitar que empresas sem a qualificação necessária interfiram no processo, as licitantes deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido, obrigatoriamente, por pessoa jurídica de direito público ou privado, para a comprovação da execução de objeto pertinente e compatível ao deste Projeto Básico, atestando o fornecimento de pelo menos 01 (uma) licença Zend Server.
- 21.7. Apresentar documento indicando o item/página do Atestado de Capacidade Técnica e do Documento correspondente à exigência habilitatória.
- 21.8. Os atestados solicitados visam garantir que as licitantes tenham condições de cumprir as obrigações objeto do contrato licitado, observando-se a comprovação da aptidão para o desempenho de atividade similar e compatível com o negócio praticado pela licitante vencedora.
- 21.9. Os atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado devem conter nome (razão social), CNPJ e endereço completo do órgão emitente do atestado e licitante vencedora, características dos serviços realizados, data de emissão, nome, cargo, telefone e assinatura do responsável pela emissão do atestado.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

21.10. No caso de atestados emitidos por empresa da iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente.

22. DA PROPOSTA DE PREÇO

Comentado [ECSG4]: Retirar, tendo em vista que a contratação será realizada por inexigibilidade

~~22.1 A licitação será julgada pelo critério de menor preço, na forma prevista no art. 45, § 1º, inc. I da Lei nº 8.666/93.~~

~~22.2 A licitante deverá, na forma expressa do sistema eletrônico, consignar o valor do serviço, observado modelo de proposta de preço — ENCARTE I deste Projeto Básico.~~

~~22.3 A proponente deverá apresentar proposta comercial, com folhas numeradas e rubricadas, contendo: planilha de preços detalhada contendo o valor unitário e global, bem como todos os demais insumos que os compõem e que incidirão sobre o preço (taxas, impostos, mão-de-obra, etc.) e quaisquer outros que possam vir a incidir direta ou indiretamente sobre o custo do contrato, explicitado aqueles que sejam considerados essenciais à consecução do objeto (§2º do art. 9º do Decreto 5.450/05 e inc. II do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93); nome ou razão social do proponente; CNPJ da empresa; logotipo ou logomarca da empresa; endereço, telefone; número da conta, nome e código da agência bancária para efeitos de pagamento; assinatura do seu representante; e quanto ao responsável pela empresa: estado civil, profissão, CPF, carteira de identidade, domicílio e cargo; observadas as informações mínimas no modelo de Planilha de Formação de Preços.~~

~~22.4 Nos preços cotados pela licitante deverão estar inclusos todas as despesas legais incidentes (impostos, taxas, fretes, mão-de-obra, entrega e outros insumos que os compõem), nada sendo lícito pleitear ao CONTRATANTE posteriormente a esse título.~~

~~22.5 A licitante deverá observar a Súmula do TCU 254/2010: “o IRPJ — Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a CSLL — Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido não devem constar da composição de preços.”~~

~~22.6 A proposta de preços deverá atender, também, aos seguintes requisitos:~~

~~22.6.1 As propostas deverão ser apresentadas com prazo mínimo de validade de 90 (noventa) dias.~~



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

~~22.6.2 Apresentar junto à proposta de preço Declaração de Sustentabilidade – ENCARTE VIII, conforme modelo constante neste Projeto Básico, sob pena de desclassificação.~~

~~22.6.3 Apresentar junto à proposta de preço Declaração de Ciência e Manutenção de Sigilo, ENCARTE VI e Termo de Sigilo e Ciência, ENCARTE VII, conforme modelo constante neste Projeto Básico, sob pena de desclassificação~~

~~22.6.4 Declaração de vistoria técnica assinada e datada por quem de direito – ENCARTE II, ou caso a licitante tenha optado em não realizar a vistoria deverá encaminhar, juntamente com a proposta de preços, declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços.~~

~~22.6.5 Apresentar, **junto a sua proposta**, sob pena de desclassificação, Declaração datada e assinada por seu representante legal, com os quantitativos suficientes de recursos humanos por perfil técnico, que possui profissionais capacitados e idôneos, com expertise, experiência, competências e conhecimentos técnicos variados que atendam às necessidades do objeto contratado.~~

~~22.6.6 Declaração, datada e assinada por seu representante legal, de que, caso se sagre vencedora, disponibilizará, no ato de assinatura do contrato para Apresentação dos Documentos de Transição Inicial, os documentos elencados no perfil técnico de cada profissional.~~

~~22.7 Não serão aceitos preços irrisórios e/ou inexecutáveis, cabendo à Administração a faculdade de promover verificações ou diligências que se fizerem necessárias, objetivando, comprovação da regularidade da proposta ofertada.~~

~~22.8 A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do licitante, de todas as condições estabelecidas neste Projeto Básico.~~

23. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

23.1 Haja vista, a **ETT INFORMÁTICA LTDA** ser a única empresa autorizada a renovar as licenças objeto da contratação em comento, resta configurada a inviabilidade de competição, o que resultará no enquadramento da inexigibilidade descrita no Caput do artigo 25 da Lei nº 8.666/93.

23.2 Considerando a exclusividade da ETT INFORMÁTICA LTDA, detentora dos direitos de comercialização da solução Zend no Brasil, a contratação do serviço de Renovação da Subscrição Anual do Zend Unlimited Enterprise deve ser feita através de um **processo de Inexigibilidade**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

24. DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 Por tratar-se de uma faculdade da Administração, constante do art. 33, caput da Lei nº 8.666/93, não será admitido o consórcio, ante à qualificação técnica exigida da CONTRATADA para a execução dos serviços. A regra, no procedimento licitatório, é a participação de empresas individualmente em disputa umas contra as outras, permitindo-se a união de esforços quando questões de alta complexidade, que não é o caso, impeçam a participação isolada de empresas com condições de, sozinhas, atenderem a todos os requisitos de habilitação exigidos.

24.2 A admissão de consórcios em licitações se constitui em exceção prevista na Lei de Licitações, cabível em situações em que o objeto não puder ser executado por uma única empresa, o que não é o caso do objeto a ser contratado, além de ensejar redução no caráter competitivo, pois facilitaria que empresas, que seriam naturalmente competidoras entre si, acordassem para participar da licitação.

24.3 Nesta esteira, NÃO será admitido o consórcio, de acordo com o art. 3º, §1º, I da Lei nº 8666/93 c/c Acórdão TCU nº 1672/2006 – Plenário, Acórdão 159/2003-Plenário, Acórdão 1104/2007- Plenário e Acórdão 265/2010-Plenário, ante a qualificação técnica exigida da CONTRATADA para a execução dos serviços.

24.4 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto a ser contratado.

24.5 Todos os serviços que involuntariamente não explícitos analiticamente neste Projeto Básico, mas necessários à execução e ao perfeito funcionamento do serviço a ser contratado, deverá ser de responsabilidade da CONTRATADA.

24.6 Caso ocorra, durante a execução contratual, modificação do contrato/estatuto da CONTRATADA, fusão da sociedade, incorporação de outra ou dela por outra, o CONTRATANTE deverá ser informado com antecedência mínima de 90(noventa) dias e, sua modificação, não poderá causar impacto negativo na execução dos serviços, advertindo-se que somente será aceita pelo CONTRATANTE caso sejam mantidas as qualificações técnicas, econômico-financeiras, regularidade fiscal e trabalhista.

24.7 Todos os documentos(técnicos ou administrativos) em língua estrangeira que venhão a fazer parte da contratação deverão ser traduzidos para o português em respeito ao Código Civil Brasileiro, art. 224, por tradutor público juramentado, de acordo com o artigo 17 do Decreto 13.609/41.

24.8 Deverá ser observada, no que couber, os termos da Instrução Normativa MP nº 06/2018 que dispõe sobre cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas quando da execução indireta de obras públicas, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

24.9 Dúvidas na interpretação deste Projeto Básico poderão ser esclarecidas pelo correio eletrônico epl@mec.gov.br, dicorp@mec.gov.br subsidiados pela área técnica.

24.10 ~~Os esclarecimentos de dúvidas a respeito de condições do Termo e do Edital, bem como de outros assuntos relacionados à presente licitação serão divulgados no endereço www.mec.gov.br, no link "Acesso à informação/Licitações e Contratos", bem como no sítio eletrônico Compras Governamentais, ficando as licitantes obrigadas a acessá-la para a obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.~~

24.11 O Foro para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente termo **Projeto** é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília/DF.

Brasília, ____ de _____ de 2018.

Comentado [ECSG5]: Retirar, tendo em vista que será realizada
inexigibilidade



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ENCARTE I

Comentado [ECSG6]: Não há necessidade deste encarte, tendo em vista que será inexigibilidade

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO (EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DISPENSA nº /2018
UASG: 150002

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RENOVAÇÃO DA SUBSCRIÇÃO ANUAL DO ZEND
UNLIMITED ENTERPRISE**

Razão Social:		
CNPJ:		
End:		
Cep:	Fone/Fax:	Email:
Validade da Proposta:		
Dados Bancários da empresa:		
Agência:	Conta Corrente:	Banco:

DADOS DO REPRESENTANTE QUE IRÁ ASSINAR O CONTRATO

Nome:			
CPF:	RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR:	Estado civil:	Nacionalidade:
Residência:			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CEP:
Cargo/Função:

* Lembrar que é necessária cópia dos principais documentos: 1- da empresa - Alteração Contratual ou Procuração; 2- pessoais - Identidade e C.P.F. ou da CNH, que assinará o CONTRATO

Objeto:

Contratação de empresa para prestação de Serviço de operação assistida para consultoria e sustentação dos componentes arquiteturais, de configuração e de procedimentos técnicos de operação de infraestrutura em Plataforma Zend Server dos sistemas do Ministério da Educação – MEC.

Panilha Resumida

Item	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Valor Global
1	Serviço de Renovação da Subscrição do <i>Zend Unlimited Enterprise</i> – disponível sob assinatura anual ilimitada no <i>SLA Enterprise</i> , Tier EM (2001-5000)	Subscrição Anual	1		
VALOR TOTAL					

Planilha de custos e Formação de Preço

Item	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Valor Global

Custos Decorrentes da Execução Contratual

--

Indicação do Sindicato, Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho

--

Produtividade Adotada

--

Quantidade de Pessoal Técnico

Função	Quantidade	Descrição
--------	------------	-----------



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Outras Informações Importantes

Obs:

1. A proponente deverá apresentar proposta comercial, com folhas numeradas e rubricadas, contendo: **planilha de preços detalhada contendo o valor unitário e global, bem como todos os demais insumos que os compõem e que incidirão sobre o preço(taxas, impostos, mão-de-obra, etc.) e quaisquer outros que possam vir a incidir direta ou indiretamente sobre o custo do contrato, explicitado aqueles que sejam considerados essenciais à consecução do objeto** (§2º do art. 9º do Decreto 5.450/05 e inc. II do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93).
2. Declaramos estar de acordo com todas as condições estipuladas no edital e seus anexos/encartes.
3. Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

LOCAL – UNIDADE FEDERATIVA, ____ de _____ de 2018.

(nome, identidade e assinatura do representante da empresa)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ENCARTE II

ORDEM DE SERVIÇO

1. Identificação da Contratada

Contratada		Nº Contrato	
Nome do Preposto			
E-mail		Telefone	
Nome do Gerente Técnico			
E-mail		Telefone	

2. Identificação da OS

Número da OS		Data	
Área da Prestação			
Período Estimado de Execução			
Área Requisitante			
Requisitante do Serviço			
E-mail		Telefone	
Nome do Fiscal Técnico			
E-mail		Telefone	

3. Serviços contratados

Grupo de Serviço Técnico	Valor Unitário da HST	HST Estimadas	Valor Total Estimado dos Serviços



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

TOTAL		
As Horas de Serviço Técnico demandadas são uma estimativa baseada no volume de demanda planejado para o período, podendo ser reprogramadas, sob demanda, ao longo da execução da Ordem de Serviço e deverão ser devidamente registradas e comprovadas no Relatório de Serviços Executados, mediante aprovação do MEC.		

4. Autorização de Execução

Observações		
Nome e assinatura do Fiscal Titular	Matrícula SIAPE	Data / Hora

5. Cancelamento da OS

Motivo		
Nome e assinatura do Responsável pelo Cancelamento (Solicitante)	Matrícula SIAPE	Data / Hora
Nome e assinatura do Fiscal do Técnico (Autorização)	Matrícula SIAPE	Data / Hora
Nome e assinatura do Preposto (Ciente)		Data / Hora



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ENCARTE III

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

	Ministério da Educação	(logo marca)
	TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO	

1 – INFORMAÇÕES GERAIS

CONTRATO Nº:
OBJETO:
CONTRATANTE:
CONTRATADA:
Nº DA O.S.:
MÊS DE REFERÊNCIA:

2 – DESCRIÇÃO

Declaramos que os artefatos abaixo relacionados foram recebidos provisoriamente nesta data, para efeito de posterior verificação da conformidade com os requisitos de qualidade previstos para a Ordem de Serviço em questão, nos termos do contrato e do inciso II, alínea a, do artigo 73 da Lei 8.666/93.

3 – OBSERVAÇÕES

--

4 – RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO

RESPONSÁVEIS	MATRÍCULA	NOME	ASSINATURA
FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO			
RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA DEMANDA			

4 – CIENTE DO PREPOSTO RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS/PRODUTOS

NOME	DATA	ASSINATURA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ENCARTE IV

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

	Ministério da Educação	(logo marca)
	TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO	

1 – INFORMAÇÕES GERAIS

CONTRATO Nº:
OBJETO:
CONTRATANTE:
CONTRATADA:
Nº DA O.S.:
MÊS DE REFERÊNCIA:

2 – DESCRIÇÃO

Declaramos que os artefatos abaixo relacionados foram recebidos definitivamente nesta data conforme os requisitos de qualidade previstos para a Ordem de Serviço em questão, nos termos do contrato e do inciso II, alínea b, do artigo 73 da Lei 8.666/93.

3 – OBSERVAÇÕES

--

4 – RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO

RESPONSÁVEIS	MATRICULA	NOME	ASSINATURA
FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO			
RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA DEMANDA			

5 – CIENTE DO PREPOSTO RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS/PRODUTOS

NOME	DATA	ASSINATURA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ENCARTE V

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E MANUTENÇÃO DE SIGILO

Este Termo de Compromisso ("Termo") é celebrado entre:

CONTRATANTE Ministério da Educação - MEC, Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco L, Zona cívica Administrativa, CEP 70047-900, Brasília – DF. Inscrita no CNPJ/MF 00394445000101, neste ato representada pelo Gestor do Contrato xx/xxxx, e

CONTRATADA xxxxxxxx, Endereço xxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF xxxxxx, personificação xxxxxx, neste ato representada por seus respectivos procuradores abaixo assinados, na forma de seus respectivos Contratos Sociais.

O MEC e a CONTRATADA podem ser referidas individualmente como Parte e coletivamente como Partes, onde o contexto assim o exigir.

CONSIDERANDO QUE as Partes estabeleceram ou estão considerando estabelecer uma relação de negócio que inclui o **XX**;

CONSIDERANDO QUE as Partes podem divulgar entre si Informações Confidenciais, conforme definido abaixo neste instrumento, sobre aspectos de seus respectivos negócios, e em consideração da divulgação destas Informações Confidenciais;

CONSIDERANDO QUE as Partes desejam ajustar as condições de revelação das Informações Confidenciais, bem como definir as regras relativas ao seu uso e proteção;

RESOLVEM as Partes celebrar o presente Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, o qual se regerá pelas considerações acima, bem como pelas cláusulas e condições a seguir:

1. Para a finalidade deste Termo "Informações Confidenciais" significarão todas e quaisquer informações divulgadas por uma Parte (de acordo com este instrumento, a "Parte Divulgadora") à outra Parte (de acordo com este instrumento, a "Parte Recebedora"), em forma escrita ou verbal, tangível ou intangível, patenteada ou não, de natureza técnica, operacional, comercial, jurídica, a qual esteja claramente marcada como CONFIDENCIAL, incluindo, entre outras, mas não se limitando a, segredos comerciais, *know-how*, patentes, pesquisas, planos de negócio, informações de marketing, informações de usuários, situação financeira, métodos de contabilidade, técnicas e experiências acumuladas, e qualquer outra informação técnica, comercial e/ou financeira, seja expressa em notas, cartas, fax, memorandos, acordos, termos, análises, relatórios, atas, documentos, manuais, compilações, código de *software*, e-mail, estudos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, modelos, amostras, fluxogramas, programas de computador, discos, disquetes, fitas, pareceres e pesquisas, ou divulgadas verbalmente e identificadas como confidenciais por ocasião da divulgação.
2. Não serão incluídas nas Informações Confidenciais quaisquer informações que: (i) sejam geralmente conhecidas, ou subsequentemente se tornem disponíveis ao comércio ou ao público; (ii) estejam na posse legal da Parte Recebedora antes da divulgação pela Parte Divulgadora; ou (iii) sejam legalmente recebidas pela Parte Recebedora de um terceiro, desde que essas informações não tenham chegado ao conhecimento da Parte Recebedora através do referido terceiro, direta ou indiretamente, a partir da Parte Divulgadora numa base confidencial.
3. Quando a divulgação de Informações Confidenciais for necessária para estrito atendimento de ordem judicial ou agência governamental, o mesmo se procederá da seguinte maneira: (i) a Parte Recebedora fica obrigada a comunicar o teor da determinação judicial à Parte Divulgadora no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da ordem, no caso de se



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

tratar de determinação para cumprimento em prazo máximo de 5 (cinco) dias; ou no prazo de uma hora a contar do recebimento, no caso de se tratar de ordem judicial para cumprimento no prazo máxima de até 48 (quarenta e oito) horas; e (ii) fica a Parte Recebedora obrigada também a enviar à Parte Divulgadora cópia da resposta dada à determinação judicial ou administrativa concomitantemente ao atendimento da mesma. A Parte Recebedora cooperará com a Parte Divulgadora para possibilitar que a Parte Divulgadora procure uma liminar ou outra medida de proteção para impedir ou limitar a divulgação dessas Informações Confidenciais.

4. A Parte Recebedora não divulgará nenhuma Informação Confidencial da Parte Divulgadora a nenhum terceiro, exceto para a finalidade do cumprimento deste Termo e com o consentimento prévio por escrito da Parte Divulgadora. Além disso:

I. A Parte Recebedora, (i) não usará as Informações Confidenciais para interferir, direta ou indiretamente, com nenhum negócio real ou potencial da Parte Divulgadora, e (ii) não usará as Informações Confidenciais para nenhuma finalidade, exceto avaliar uma possível relação estratégica entre as Partes.

II. As Partes deverão proteger as Informações Confidenciais que lhe forem divulgadas, usando o mesmo grau de cuidado utilizado para proteger suas próprias Informações Confidenciais.

III. A Parte Recebedora não revelará, divulgará, transferirá, cederá, licenciará ou concederá acesso a essas Informações Confidenciais, direta ou indiretamente, a nenhum terceiro, sem o prévio consentimento por escrito da Parte Divulgadora, estando este terceiro, condicionado à assinatura de um Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo prevendo as mesmas condições e obrigações estipuladas neste Termo.

IV. A Parte Recebedora informará imediatamente à Parte Divulgadora de qualquer divulgação ou uso não autorizado das Informações Confidenciais da Parte Divulgadora por qualquer pessoa, e tomará todas as medidas necessárias e apropriadas para aplicar o cumprimento das obrigações com a não divulgação e uso limitado das obrigações das empreiteiras e agentes da Parte Recebedora.

V. A Parte Recebedora deverá manter procedimentos administrativos adequados à prevenção de extravio ou perda de quaisquer documentos ou Informações Confidenciais, devendo comunicar à Parte Divulgadora, imediatamente, a ocorrência de incidentes desta natureza, o que não excluirá sua responsabilidade.

VI. A Parte Recebedora obrigará seu pessoal que possa ter acesso às Informações Confidenciais que cumpram tais obrigações de sigilo, assinando o Termo de Ciência.

5. As Partes se comprometem e se obrigam a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação confidencial da outra Parte, bem como para evitar e prevenir revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela Parte Divulgadora. De qualquer forma, a revelação é permitida para empresas coligadas, assim consideradas as empresas que direta ou indiretamente controlem ou sejam controladas pela Parte neste Termo. Além disso, cada Parte terá direito de revelar a informação a seus funcionários que precisem conhecê-la, para os fins deste Termo; tais funcionários deverão estar devidamente avisados acerca da natureza confidencial de tal informação, e estarão vinculados aos termos e condições do presente Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo independentemente de terem sido avisados do caráter confidencial da informação, ficando a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Parte Receptora responsável perante a Parte Divulgadora por eventual descumprimento do Termo.

6. O intercâmbio de informações nos termos deste instrumento não será interpretado de maneira a constituir uma obrigação de uma das Partes para celebrar qualquer Termo ou acordo de negócio, nem obrigará a comprar quaisquer produtos ou serviços da outra ou oferecer para a venda quaisquer produtos ou serviços usando ou incorporando as Informações Confidenciais.
7. Cada Parte reconhece que em nenhuma hipótese este Termo será interpretado como forma de transferência de propriedade ou qualquer tipo de direito subsistido nas Informações Confidenciais da parte Divulgadora para a parte Receptora, exceto o direito limitado para utilizar as Informações Confidenciais conforme estipulado neste Termo.
8. Este Termo entrará em vigor por ocasião da assinatura pelas Partes. Os compromissos deste instrumento também serão obrigatórios às coligadas, subsidiárias ou sucessoras das Partes e continuará a ser obrigatório a elas até a ocasião em que a substância das Informações Confidenciais tenha caído no domínio público sem nenhum descumprimento ou negligência por parte da Parte Receptora, ou até que a permissão para liberar essas Informações seja especificamente concedida por escrito pela Parte Divulgadora.
9. A omissão ou atraso em aplicar qualquer disposição deste Termo não constituirá uma renúncia de qualquer aplicação futura dessa disposição ou de quaisquer de seus termos. Se qualquer disposição deste Termo, ou sua aplicação, por qualquer razão e em qualquer medida for considerada inválida ou inexecutável, o restante deste Termo e a aplicação de tal disposição a outras pessoas e/ou circunstâncias serão interpretados da melhor maneira possível para atingir a intenção das Partes signatárias.
10. As Partes concordam que a violação do presente Termo, pelo uso de qualquer Informação Confidencial pertencente à Parte Divulgadora, sem sua devida autorização, causar-lhe-á danos e prejuízos irreparáveis, para os quais não existe remédio na lei. Desta forma, a Parte Divulgadora poderá, imediatamente, tomar todas as medidas extrajudiciais e judiciais, inclusive de caráter cautelar, como antecipação de tutela jurisdicional, que julgar cabíveis à defesa de seus direitos.
11. A Parte Receptora deverá devolver, íntegros e integralmente, todos os documentos a ela fornecidos, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada pela Parte Reveladora para entrega, ou quando não mais for necessária a manutenção das Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.
12. A Parte Receptora deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham Informações Confidenciais da Parte Divulgadora, quando não mais for necessária a manutenção dessas Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.
13. A inobservância de quaisquer das disposições de confidencialidade estabelecidas neste Termo sujeitará a Parte infratora, como também o agente causador ou facilitador, por ação ou omissão ou qualquer daqueles relacionados neste Termo, ao pagamento, recomposição,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

de todas as perdas e danos, comprovadamente suportados ou demonstrados pela outra Parte, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo.

14. As obrigações de confidencialidade decorrentes do presente Termo, tanto quanto as responsabilidades e obrigações outras derivadas do presente Termo, vigorarão durante o período de 5 (cinco) anos após a divulgação de cada Informação Confidencial à Parte Recebedora.
15. O não exercício por qualquer uma das Partes de direitos assegurados neste instrumento não importará em renúncia aos mesmos, sendo tal ato considerado como mera tolerância para todos os efeitos de direito.
16. Alterações do número, natureza e quantidade das Informações Confidenciais disponibilizadas para a Parte Recebedora não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso ou as obrigações pactuadas neste Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, que permanecerá válido e com todos os efeitos legais em qualquer das situações especificadas neste Termo.
17. O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer das Informações Confidenciais disponibilizadas para a Parte Recebedora, em razão do presente objeto, serão incorporadas a este Termo, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, não sendo necessário, nessas hipóteses, assinatura ou formalização de Termo Aditivo.
18. Este instrumento não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas Afiliadas, nem em obrigação de divulgar informações confidenciais para a outra Parte.
19. O fornecimento de Informações Confidenciais pela Parte Divulgadora ou por uma de suas Afiliadas não implica em renúncia, cessão a qualquer título, autorização de uso, alienação ou transferência de nenhum direito, já obtido ou potencial, associado a tais informações, que permanecem como propriedade da Parte Divulgadora ou de suas Afiliadas, para os fins que lhe aprouver.
20. Nenhum direito, licença, direito de exploração de marcas, invenções, direitos autorais, patentes ou direito de propriedade intelectual estão aqui implícitos, incluídos ou concedidos por meio do presente Termo, ou ainda, pela transmissão de Informações Confidenciais entre as Partes.
21. A Contratada declara conhecer todas as Normas, Políticas e Procedimentos de Segurança estabelecidos pela Contratante para execução do Contrato, tanto nas dependências da Contratante como externamente.
22. A Contratada responsabilizar-se-á integralmente e solidariamente, pelos atos de seus empregados praticados nas dependências da Contratante, ou mesmo fora dele, que venham a causar danos ou colocar em risco o patrimônio da Contratante.
23. Este Termo contém o acordo integral de confidencialidade entre as Partes com relação ao seu objeto. Quaisquer outros acordos, declarações, garantias anteriores ou contemporâneos com relação à proteção das Informações Confidenciais, verbais ou por escrito, serão substituídos por este Termo. Este Termo será aditado somente firmado pelos representantes



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

autorizados de ambas as Partes.

24. Quaisquer controvérsias em decorrência deste Termo serão solucionadas de modo amistoso através do representante legal das Partes, baseando-se nas leis da República Federativa do Brasil. E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, ____ de _____ de 20__

DE ACORDO

CONTRATANTE	CONTRATADA
<div><div>_____ <Nome></div><div>Mat.:</div></div>	<div><div>_____ <Nome></div><div>Mat.:</div></div>
Testemunha 1	Testemunha 2
<div><div>_____ <Nome></div><div>Mat.:</div></div>	<div><div>_____ <Nome></div><div>Mat.:</div></div>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ENCARTE VI

TERMO DE SIGILO E CIÊNCIA

Contrato nº		
Objeto:		
Gestor do Contrato		Mat.
Contratante (órgão)		
Contratada		CNPJ
Preposto da contratada		CPF

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer a declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no MEC.

Também declaram que não farão uso em benefício próprio de nenhum dos recursos disponíveis no MEC, tais como telefones, impressoras, fax, entre outros.

Ciência	
Contratada - Funcionários	
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:

_____, ____ de _____ de 20 ____.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ENCARTE VII

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

1 – Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto a inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 12.349 de 2010, a Lei nº 12.187/2009 e art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, Decreto nº 7746/2012:

Constituição Federal/1988:

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003\)](#)

Lei nº 8.666/93:

“Art. 3 A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010).” (Grifamos)

Lei nº 12.187/2009:

“Art. 6 São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima:

XII - as medidas existentes, ou a serem criadas, que estimulem o desenvolvimento de processos e tecnologias, que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa, bem como para a adaptação, dentre as quais o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, compreendidas aí as parcerias público-privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos;”

Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG:

“Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; (Grifamos)

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; (Grifamos)

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e (Grifamos)

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.

2 – A licitante deverá apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental conforme modelo constante neste anexo, documento este, integrante da Proposta de Preços, conforme especificado no Termo de Referência.

2.1 – Tal exigência visa atender aos dispositivos normativos acima enumerados, bem como estabelecer que a licitante deva implementar ações ambientais por meio de treinamento de seus empregados, pela conscientização de todos os envolvidos na prestação dos serviços, bem como cumprir as ações concretas apontadas especialmente nas obrigações da CONTRATADA, que se estenderão na gestão contratual, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes.

2.2 - Segue abaixo algumas ações a serem adotadas pela licitante vencedora como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhadas por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias e também nas atividades empresariais:

- a) A otimização de recursos materiais;
- b) A redução de desperdícios materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;
- c) Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- d) Receber, da CONTRATANTE, informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente.
- e) Responsabilizar-se pelo preenchimento do "Formulário de Ocorrências para Manutenção, a ser fornecido pela CONTRATANTE, a fim de informar prováveis e reais ocorrências. Exemplo de ocorrências mais comuns e que devem ser apontadas são: Vazamentos nas torneiras ou nos lavatórios; Lâmpadas queimadas ou piscando; Fios desencapados; Janelas, fechaduras ou vidros quebrados; Aparelhos eletrônicos ligados e que estejam em desuso, entre outras.
- f) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.
- g) Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias;
- h) Instruir os profissionais quanto ao cumprimento da coleta seletiva e do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos adotado por este Ministério em especial aos recipientes adequados para a coleta seletiva disponibilizados nas dependências do Ministério:

AZUL: papel/papelão;
VERMELHO: plástico;
VERDE: vidro;
AMARELO: metal;
PRETO: madeira;
LARANJA: resíduos perigosos;
BRANCO: resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde;
ROXO: resíduos radioativos;
MARROM: resíduos orgânicos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CINZA: resíduo geral não reciclável ou misturado, ou contaminado não passível de separação.

(Resolução nº 275, de 25 de abril de 2001 - Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA).

Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I - menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II - preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

VII - origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PROPONENTE:

ENDEREÇO:

CNPJ: _____ **FONE/FAX:** _____

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade ~~Pregão Eletrônico nº~~ ____/2018, instaurado pelo Processo de nº XXXXXXXXXXXXX, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Comentado [ECSG7]: Não trata-se de Pregão

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e Decreto nº 7746 de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo II da Instrução Normativa nº 31, de 03 de dezembro de 2009, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____ de _____ de 2018.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ENCARTE VIII

PORTARIA Nº 120, DE 9 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 120, DE 9 DE MARÇO DE 2016

Institui o rito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR das infrações praticadas pelos fornecedores do Ministério da Educação e regulamenta as competências administrativas para aplicação das sanções administrativas cabíveis.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo no 23000.024310/2015-18, e

CONSIDERANDO:

Os arts. 86, 87 e 88 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993;

A Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002; e

A Lei no 12.462, de 4 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Fica instituído o rito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, referente às infrações praticadas pelos licitantes e contratados no âmbito do Ministério da Educação - MEC, bem como ficam regulamentadas as competências para aplicação das sanções administrativas cabíveis.

Art. 2º Na aplicação das sanções administrativas de que trata esta Portaria, a autoridade administrativa deverá fazer dosimetria da penalidade segundo os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, quando serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do apenado.

Parágrafo único. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento normativo e a causa da sanção.

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º Compete à Coordenação-Geral de Licitações, Compras e Contratos - CGLC instaurar, instruir e decidir, em primeira instância, o PAAR.

§ 1º Compete ao Coordenador-Geral de Licitações, Compras e Contratos instaurar e decidir, em primeira instância, o PAAR.

§ 2º A instrução será conduzida por um ou mais servidor designado pelo Coordenador-Geral.

Art. 4º A decisão de instância superior será proferida pelo Subsecretário de Assuntos Administrativos deste Ministério.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 5º O fornecedor ou licitante que não cumprir integralmente as obrigações assumidas, garantidos o contraditório e a ampla defesa, está sujeito às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

IV - declaração de inidoneidade; e

V - impedimento de licitar e contratar com a Administração Federal:

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V poderão ser aplicadas juntamente com a sanção prevista no inciso II, facultada a defesa prévia à interessada no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis.

DA ADVERTÊNCIA

Art. 6º A advertência é uma censura moral que será aplicada, por escrito, a pequenas faltas nos casos de violação do edital, termo de referência e/ou contrato, ou por quaisquer atrasos ou não atendimento de solicitações deste Ministério, e inobservância às previsões legais que não justifique imposição de penalidade mais grave.

DA MULTA

Art. 7º A sanção pecuniária será aplicada em caso de reincidência de faltas punidas por advertência, e demais vedações que não tipifiquem infração sujeita à suspensão temporária de participação em licitação, declaração de inidoneidade e impedimento de licitar e contratar com a Administração Federal, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até trinta dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto no art. 11, cumulativamente;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato.

§ 1º A multa (de mora) será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei no 8.666, de 1993, e será executada após regular processo administrativo, consoante o art. 7º, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

§ 3º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a cinco dias; e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança, nos termos dos atos regulamentares expedidos pela Advocacia-Geral da União - AGU.

§ 5o A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no parágrafo único do art. 2o e observado o princípio da proporcionalidade.

§ 6o Decorridos trinta dias de atraso (do vencimento da multa), a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a trinta dias, que será penalizado na forma do inciso II do caput.

§ 7o A sanção pecuniária prevista no inciso IV do caput não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

Art. 8o O cometimento reiterado de faltas que ensejam a aplicação da advertência poderá culminar com a rescisão unilateral do vínculo, sem prejuízos da aplicação de penalidades mais graves.

DA SUSPENSÃO

Art. 9o A suspensão será aplicada em casos que não tipifiquem advertência, podendo ser cumulada com multa, impedindo o fornecedor, temporariamente, de participar de licitações e de contratar com o MEC, pelo prazo que este Ministério fixar, e será arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta. Parágrafo único. A suspensão não poderá exceder o prazo de vinte e quatro meses.

DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

Art. 10. A Declaração de Inidoneidade será aplicada pelo Ministro de Estado da Educação à vista dos motivos informados na instrução processual.

§ 1o A penalidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que a determinaram ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e depois de decorrido o prazo da sanção, não superior a dois anos.

§ 2o A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial da União - DOU e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos da Federação.

Art. 11. Será impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das demais cominações legais, o licitante que:

I - convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, inclusive nas hipóteses previstas nos arts. 40, parágrafo único, e 41 da Lei no 12.462, de 2011;

II - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;

III - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

IV - não manter a sua proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

V - fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato; VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou

VII - der causa à inexecução total ou parcial do contrato. Parágrafo único. O fornecedor de que trata o caput ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Federal, e será descredenciado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4o da Lei no 12.462, de 2011, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DOS PROCEDIMENTOS

Art. 12. O servidor que identificar irregularidade na participação em procedimento licitatório, na execução contratual dos projetos, serviços, obras e/ou aquisições deverá comunicar a autoridade competente para instauração do PAAR, a Coordenação-Geral de Licitações, Compras e Contratos da Subsecretaria de Assuntos Administrativos - CGLC-SAA.

Art. 13. O Coordenador-Geral de Licitações, Compras e Contratos poderá diligenciar a fim de colher informações preliminares antes de instaurar o processo de apuração de responsabilidade.

Art. 14. O procedimento de apuração de responsabilidade de que trata esta instrução será autuado em processo com numeração única, devendo conter, quando necessário, os elementos essenciais, a saber, prazo, escopo e custo, bem como informar quais normas técnicas do MEC e normas legais deixaram de ser atendidas, observando-se o disposto do art. 5o, e obedecerá a ordem constante dos arts. 15, 16 e 17.

Art. 15. Notificação e defesa prévia: identificada eventual irregularidade, o interessado será notificado, por escrito, pela CGLC, para, caso haja interesse, apresentar defesa prévia no prazo de cinco dias úteis, contados da data do recebimento da notificação, quanto aos supostos fatos detectados e à eventual aplicação da penalidade expressamente identificada na notificação.

§ 1o A notificação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 2o No caso de interessados com domicílio incerto, a notificação deve ser efetuada por meio de publicação oficial.

Art. 16. Instrução e Decisão de Primeira Instância: decorrido o prazo a que se refere o caput do artigo anterior, com ou sem manifestação da parte interessada, a autoridade competente, em decisão devidamente fundamentada, decidirá pela aplicação ou não da penalidade.

Art. 17. Intimação da Decisão: proferida a decisão a que se refere o artigo anterior, o fornecedor será intimado, por escrito, e informado acerca da aplicação ou não da penalidade, garantindo-lhe o prazo de cinco dias úteis, contados da data de seu recebimento, para eventual interposição de recurso.

Art. 18. A autoridade competente, a requerimento do interessado, poderá, julgando relevantes as justificativas apresentadas, conceder dilação de prazo dos art. 15 e 17.

Parágrafo único. Em todas as etapas deverão ser emitidas análises técnicas com identificação expressa das irregularidades e posicionamento da Administração quanto às justificativas apresentadas pelo fornecedor.

Art. 19. Da Análise Recursal e Decisão de Instância Superior: utilizando-se o fornecedor do direito que lhe é facultado para interposição do recurso administrativo, serão as razões deste, analisadas pela Administração, que proferirá decisão definitiva, podendo aplicar-lhe as penas de advertência, suspensão temporária, inidoneidade, impedimento ou multa.

Parágrafo único. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior;

Art. 20. A autoridade competente poderá, a qualquer tempo, declarar extinto o procedimento, caso julgue procedentes as justificativas apresentadas pelo fornecedor, ocasião em que registrará nos autos, de forma fundamentada, os motivos pelos quais as considera procedentes.

Art. 21. Se, após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia, independentemente de seu exercício, houver inovação processual com o surgimento de fato ou circunstância ainda não evidenciados nos autos, capazes de influir na decisão final, a parte será notificada para que, caso queira, se manifeste quanto a estas novas circunstâncias.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Art. 22. Os processos administrativos que resultarem em sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

Art. 23. Somente serão publicadas no DOU as sanções de suspensão (ou impedimento) e declaração de inidoneidade, sendo dispensadas as sanções de advertência e multa.

§ 1º Posterior à finalização da análise, com a publicação da decisão, se for o caso, de aplicação da penalidade no DOU, a ocorrência deverá ser cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

§ 2º Após efetuado o registro da ocorrência, conforme parágrafo anterior, o processo administrativo será apensado ao processo principal referente ao Edital de Licitação a que se encontrar vinculado.

Art. 24. Na hipótese de ser verificada situação que enseje a declaração de inidoneidade para licitar ou para contratar com a Administração Pública, deverá ser apresentada proposta, fundamentada pela área demandante da avença contratual, à CGLC-SAA, e, posteriormente, a proposta deverá ser encaminhada ao Ministro de Estado da Educação para aposição de assinatura, após a aprovação da minuta de decisão da sentença pela Consultoria Jurídica do MEC.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa por meio da equipe de fiscalização da avença.

Art. 26. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas por esta Portaria, o fornecedor ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

Art. 27. As etapas constantes dos arts. 15, 16 e 17 são obrigatórias e serão realizadas pela autoridade competente qualificada no art. 3º, que deverá emitir expressamente a decisão e a identificação da sanção.

Parágrafo único. No caso de aplicação da penalidade de multa e/ou suspensão temporária, deverão ser explicitadas a previsão normativa e a quantificação fixada.

Art. 28. Os instrumentos convocatórios e os contratos deverão fazer menção a esta Portaria.

Art. 29. Os prazos referidos nesta Portaria só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

Art. 30. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Art. 31. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ENCARTE IX

DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

(Decreto nº. 7.203/2010; Súmula Vinculante nº 13/STF)

Eu, _____
_____, CPF _____, candidato a contratação pela
empresa _____, CNPJ
nº _____, no posto de trabalho de
_____, para prestação de serviços no MINISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO, objeto do Pregão nº _____/2017 e Contrato nº _____/2018,

DECLARO, para os fins do disposto no Decreto nº. 7.203, de 04/06/2010, e na Súmula Vinculante nº 13/2008, publicada pelo Supremo Tribunal Federal .

() NÃO POSSUIR cônjuge, companheiro ou parentes* que sejam agentes políticos ou exerçam cargo comissionado ou função de confiança no Ministério da Educação (Administração Pública Direta), bem como em suas unidades vinculadas (CAPES, INEP, FNDE, e Instituições Federais de Ensino vinculadas ao MEC).

() POSSUIR cônjuge, companheiro ou parentes* que sejam agentes políticos ou exerçam cargo comissionado ou função de confiança no Ministério da Educação (Administração Pública Direta), bem como em suas unidades vinculadas (CAPES, INEP, FNDE, e Instituições Federais de Ensino vinculadas ao MEC).
(neste caso, preencher as informações complementares abaixo).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Preencher o nome do cônjuge, companheiro ou parente, o grau de parentesco, o cargo e o local onde trabalha – lotação.

Nome: _____

Grau de parentesco: _____

Cargo: _____

Lotação: _____

Por ser verdade, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a declaração falsa está sujeita às penalidades previstas em lei.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Brasília, _____ de _____ de 20 _____.

Embasamento legal

Súmula Vinculante nº 13, publicada pelo STF:

“A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”.

Código Penal – Falsidade Ideológica

“Art.299 omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão de 01(um) a 05 (cinco) anos e multa, se o documento é público, e reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos e multa se o documento é particular.

Parágrafo Único: se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte”.

DECRETO nº 7.203, DE 4 DE JUNHO DE 2010

Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.

(*) Para os fins desta declaração, consideram-se parentes:

- a) Parente em linha reta até o terceiro grau (pai e mãe, filho e filha, avô e avó, bisavô e bisavó).
- b) Parente colateral até o terceiro grau (irmão, irmã, tio, tia, sobrinho, sobrinha).
- c) Parente por afinidade até o terceiro grau (cunhado(a), sogro(a), enteado, genro e nora, padrasto e madrasta do cônjuge, pais dos sogros, filhos do enteado, bisneto e bisneta do cônjuge).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ENCARTE X

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

DOCUMENTO SEI (1337029)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ENCARTE XI
ANEXOS DO ETPC

DOCUMENTO SEI (1337043)